

**Estudo de Impacte Ambiental
do Loteamento Urbano na Antiga Estação
Rádio Naval Comandante
Nunes Ribeiro (Linda-a-Velha, Oeiras)**



Relatório do Fator Património Cultural

Responsável (PATA) Anabela Joaquinito

Modelo de relatório João Caninas

Pesquisa documental Anabela Joaquinito

Trabalho de campo Anabela Joaquinito,
João Caninas e Fernanda Silva

Relatório Anabela Joaquinito

Fotografia Anabela Joaquinito

Cartografia Anabela Joaquinito, Mário Monteiro e Alexandre Lima

Revisão João Caninas

Índice

Projeto

Introdução
Metodologia
Enquadramento geográfico e geológico
Enquadramento histórico-arqueológico
Resultados da pesquisa documental
Resultados do trabalho de campo
Lacunas de conhecimento

Situação de Referência

Introdução
Impactes na fase de construção
Impactes na fase de exploração
Impactes na fase de desativação

Avaliação de Impactes

Introdução
Medidas para antes da construção
Medidas para a fase de construção
Medidas para a fase de exploração
Medidas para a fase de desativação

Medidas de Minimização

Bibliografia
Comunicações
Estudos
Cartografia
Planos
Entidades
Páginas web

Fontes de Informação

Anexo 1. Autorização da DGPC
Anexo 2. Metodologias
Anexo 3. Ocorrências identificadas em pesquisa documental
Anexo 4. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo
Anexo 5. Zonamento da prospeção arqueológica
Anexo 6. Figuras

Anexos

PROJETO

O Projeto em apreço responde ao Programa do Governo para Habitação “Renda Acessível”, na forma de uma Operação de Loteamento de Iniciativa Municipal, em parceria com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, sobre os terrenos que incluem o imóvel denominado “Ex-Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro”, localizado na freguesia de Linda-a-Velha, concelho de Algés.

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Introdução

O fator Património Cultural foi caracterizado com base numa pesquisa documental incidente na área de estudo (AE), seguida da prospeção sistemática da área de incidência (AI) do Projeto. Os resultados da pesquisa documental e do trabalho de campo estão documentados em extrato da carta militar de Portugal (CMP) na escala 1:25.000 e em planta topográfica (**Figuras 2 e 3**), no **Quadro 1** e nos **Anexos 3 e 4**.

A caracterização do fator Património Cultural foi iniciada com uma identificação de condicionantes com recurso a pesquisa documental das fontes de informação essenciais sobre património cultural, imóvel. Essa caracterização (**Anexo 3**) serviu de orientação à metodologia de trabalho de campo.

Subsequentemente, a caracterização do fator Património Cultural foi executada, na AI, com dois objetivos principais: o reconhecimento da posição e estado das ocorrências culturais evidenciadas pela pesquisa documental; a prospeção sistemática da área em apreço, com a finalidade identificar ocorrências com interesse cultural, inéditas.

A prospeção arqueológica foi autorizada pela DGPC - Direção Geral do Património Cultural (**Anexo 1**).

Metodologia

As metodologias adotadas nesta avaliação estão detalhadas no **Anexo 2**.

O fator Património Cultural tem como universo de caracterização (ocorrências) achados (isolados ou dispersos), sítios, construções, conjuntos e, ainda, indícios (toponímicos, topográficos ou de outro tipo), de natureza arqueológica, arquitetónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de proteção ou valor cultural.

Como diretivas legais e metodológicas cumpriu-se o especificado na circular, emitida pela tutela em 29 de março de 2023, sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental” e o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, nos termos da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Como área de estudo do fator Património Cultural (AE) considerou-se o conjunto territorial formado pela área de incidência (AI) do Projeto e por uma zona de enquadramento (ZE). A AI (direta e indireta) engloba parcelas

de terreno destinadas à construção do Projeto. Adicionalmente, para avaliação do potencial arqueológico da AE, adotou-se uma zona envolvente (ZE) até 1 km de distância do limite da AI.

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direção Geral do Património Cultural, através da base de dados Ulysses, de imóveis classificados ou em vias de classificação (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), da base de dados Endovélico, de sítios arqueológicos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) e do SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, o plano diretor municipal (PDM), bibliografia seletiva sobre património arqueológico, com destaque para a carta arqueológica municipal (Cardoso & Cardoso, 1993), cartografia antiga e moderna, ortofotografia (Google Earth), a consulta a entidades relevantes, como o Arquivo Histórico Militar, e páginas web.

Enquadramento geográfico e geológico

O território municipal, possui uma altitude média de 74,4m, e a posição mais elevada localiza-se na serra de Carnaxide, com uma altitude máxima de 215m, sendo percorrido por cinco cursos de água, de orientação norte para sul, desaguando na costa marítima: a ribeira de Algés, o rio Jamor, a ribeira de Barcarena, a ribeira da Laje e a ribeira de Porto Salvo.

A área de incidência do projeto tem cerca de 35 hectares de superfície. Abrange a extremidade sul de uma plataforma culminante, alongada na direção noroeste-sudoeste, com maior extensão acima de 80m de altitude, enquadrada entre o vale do Jamor a ocidente, a orla marítima a sul e o vale de Algés a oriente. É um espaço rural parcialmente ocupado com construções associadas à Estação Rádio Naval.

Do ponto de vista geológico (**Figura 1**), a área de incidência tem substrato dominante do Miocénico, com Areolas de Estefânia (MES) e Argilas de Prazeres (MPR), sendo toda a envolvente dominada pelo Complexo Vulcânico de Lisboa, representativo de antiga atividade vulcânica, constituído por uma sucessão de escoadas lávicas, de rochas basálticas, alternantes com níveis de tufos e de piroclastos intercalados, entre o final do Cretácico e o Eocénico inferior. Esta formação geológica, com um potencial arqueológico significativo, nesta área metropolitana, é marginalmente atingida na parte nordeste da AI do Projeto.

Enquadramento histórico-arqueológico

Quadro geral

O concelho de Oeiras foi ocupado desde o período Paleolítico Inferior, testemunhado por diversas jazidas. Na área urbana de Linda-a-Velha existe referência a uma estação, destruída, com uma larga diacronia ocupacional, incluído o Paleolítico Inferior (Acheulense médio a superior), o Médio (Mustierense) e o Superior, e a Pré-história Recente representada pelo Neolítico ou Calcolítico (Cardoso, 1992, 1993).

No Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra, Oeiras) foram identificados artefactos *in situ*, seixos de quartzito, recolhidos por diferentes investigadores (Zbyszewski et al., 1995; Breuil, Zbyszewski, 1945) e em São Julião da Barra foi referenciado depósito de cascalheira com uma indústria baseada no talhe de seixos quartzíticos, secundado por outras matérias primas, como o sílex e o quartzo (Cardoso, 2017). É também de referir a identificação de vestígios de superfície ou correspondentes a manchas de ocupação evidenciadas por materiais líticos em sílex e quartzito, do Paleolítico, designadamente na Bateria de São Gonçalo – Medrosa, em São Julião da Barra e em Santo Amaro de Oeiras.

Em fase de povoamento organizado, destaca-se, na vizinhança do Projeto, o povoado de Carnaxide, com ocupação entre o Neolítico Final e o Calcolítico final, materializada na indústria lítica, entre a qual se evidenciam as raspadeiras espessas e os picos, e na cerâmica, com decoração denteada no bordo ou incisa, do Neolítico, as taças carenadas e as taças de decoração campaniforme, do Calcolítico final (Cardoso, 1996). De maior importância, arqueológica e patrimonial, é o povoado fortificado de Leceia, ocupado entre o Neolítico Final e o Calcolítico Pleno/Final, com a identificaram inúmeros estruturas, de múltiplas funções, incluindo habitacionais, abraçadas por três linhas de muralhas conectados por bastiões. Está classificado como Imóvel de Interesse Público, desde 1963. Em 1878, o general Carlos Ribeiro reconheceu a sua importância e dedicou-lhe uma monografia. Entre 1983 e 2002 este sítio foi objeto de um programa sistemático e exaustivo de investigação arqueológica e de musealização, sob a direção científica do professor doutor João Luís Cardoso, que é simultaneamente diretor do Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras. Este projeto de investigação e valorização pública do *castro* de Leceia, foi objeto, recente, de uma monografia sobre os trabalhos arqueológicos executados em 50 anos, de 1972 a 2022, publicada no nº 31 da revista Estudos Arqueológicos de Oeiras (Cardoso, 2022).

No decorrer de exploração de pedreira, a cerca de 800m a sul do povoado de Leceia, foi descoberta uma necrópole, evidenciada pela presença de dez indivíduos, cujas datações permitiram balizar o monumento hipogeico na segunda metade do IV milénio AC (Cardoso, 2001).

Outros arqueossítios a referir são a gruta da Ponte da Laje, ocupada desde o Paleolítico até à Idade do Ferro e a jazida de Outurela, também datada da Idade do Ferro.

De Época Romana destaca-se o mosaico romano com “*um medalhão central, repartido em quatro quadrantes, decorados com aves, possivelmente pombas, debicando botões ou flores de 3 pétalas*” (Cardoso, 2011), descoberto em 1903, na Rua das Alcássimas, e que pertenceu a uma *villa* ocupada entre o período republicano e o baixo-império. No processo de remoção do mosaico, em 1999, registou-se a presença de uma larga cronologia de estruturas e materiais arqueológicos desde o Calcolítico à Idade Moderna, incluindo vasos campaniformes, cerâmica de ornatos brunido da Idade do Bronze, estruturas habitacionais de planta ortogonal da Idade do Ferro e uma lápide de *Flavius Quadratus*, um *aquilifer* da II Legião, do século I d. C, recolhida aquando da construção de um prédio na Avenida Conselheiro Ferreira Lobo.

A Idade Média caracterizou-se por comunidades agro-pastoris, com referência a um povoado islâmico, cujo nome Aljez deu origem a Algés. Testemunhos da presença islâmica no concelho, embora raros, registam-se na necrópole do Arneiro, nos silos da Quinta da Boiça e os identificados aquando da remoção do mosaico romano, estes últimos atribuídos à presença califal e à fase inicial das taifas.

No domínio da etnografia e do lendário popular, importa referir que Linda-a-Velha possui uma lenda, que reza da seguinte forma: uma velhinha de cabelos brancos permanecia todos os dias na torre do castelo à espera de um fidalgo por quem se apaixonou e que foi obrigado a partir para a guerra, e aí se manteve, por desgosto, quando descobriu que morreu num barco que naufragou. Porém só o seu corpo acusava a idade, o rosto não tinha rugas e sorria a todos os que passavam, que exclamavam “como é bonita a velha!” ou “linda a velha” (Frazão, 1970-80).

O Posto Rádio Telegráfico de Monsanto e a Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro

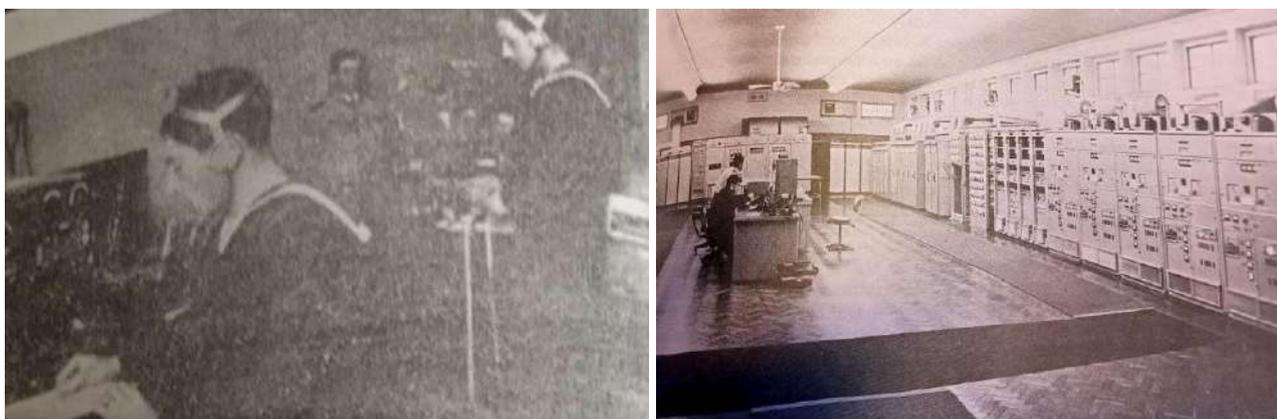
O Posto Rádio Telegráfico de Monsanto foi inaugurado em 1916, e equipado com aparelhos que permitiam um alcance de 400 milhas de dia e 800 milhas de noite, incluindo um aparelho transmissor Marconi de faísca e um recetor de detetor magnético. Os seus serviços principais incluíam serviço móvel marítimo, serviço meteorológico e sinal horário em conjunto com o Observatório Astronómico da Ajuda. Este dispositivo permitiu, no contexto da 1ª Guerra Mundial, identificar posições de submarinos e comunicar aos Aliados: “...ter sido Monsanto que recebeu, em primeira mão, a notícia da assinatura do Armistício da Primeira Grande Guerra em 11 de novembro de 1918, às 6.00 horas...” (Marques, 2003).

Em 1918, o comandante Nunes Ribeiro é nomeado diretor do Posto, dando início a um período de importante desenvolvimento das comunicações navais.

Em 1919, o Posto foi sujeito a fortes bombardeamentos por parte de republicanos em perseguição da “Monarquia do Norte”. Todavia a sua reestruturação levou a uma atualização do equipamento, passando a ter dois aparelhos de onda contínua, telegrafia, telefonia e três geradores. E em 1924, o serviço de receção de escutas permitiu comunicar com o porto de Luanda. (Horta, 1976). Em 1928, foi fundada a Escola de Radiotelegrafia e Comunicações de Monsanto, que funcionou no Posto de Monsanto até 1937.

Em 1953, o Posto de Monsanto passa a ser designado por Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro. Nos anos 80, o escultor Lagoa Henriques fez um baixo-relevo do Comandante Nunes Ribeiro, peça exposta no exterior até à desativação da Estação (Revista da Armada, nº 366, julho 2003).

A partir dos anos 50 a estação é constituída por duas centrais, a Central Transmissora de Monsanto e a Central Recetora de Algés, que comunicava com o centro de comunicações da Armada, que garantia as comunicações com os navios de guerra (Delmar, 1980).



Fotos 1 e 2 – Sala de equipamentos da Central, no 1º quartel do século XX e nos anos 70 (fonte: Horta, 1976 e Barreiros, 1980)

Oficialmente, a central transmissora da Estação Naval Nunes Ribeiro foi desativada em 29 de setembro de 2005, passou a pertencer ao Centro de Comunicações, de Dados e de Cifra da Marinha, assumindo a designação de Polos de Transmissão (Monsanto) e de Receção (Algés) (Revista da Armada, nº 392, dezembro 2005)

Em julho de 2005, foi assinado um protocolo entre a Radiodifusão Portuguesa, S.A. e a Marinha concedendo à primeira o direito a utilizar as infraestruturas em terra para instalação de emissores e equipamentos de manutenção e torre para suporte de antenas de emissão ficando a Marinha com direito a tempo de antena para emissão de programas radiofónicos (Revista da Armada, nº 390, setembro/outubro 2005).

O comandante Álvaro Augusto Nunes Ribeiro (1878-1933) prestou serviço em vários navios, especializou-se no estudo de eletricidade e das radiocomunicações e como instrutor no Serviço e Escola Prática de Torpedos e Eletricidade. Em 1918 foi nomeado diretor do Posto Radiotelegráfico de Monsanto, sendo um dos fundadores

e diretor, entre 1923 e 1924, da Repartição dos Serviços Radiotelegráficos da Armada e da Direção do Serviço de Eletricidade e Comunicações. A sua excelência, resultou na visita, em 1929, de Guglielmo Marconi, à Estação Recetora do Gravato.

Em 1923, comandante Nunes Ribeiro foi encarregado da organização do primeiro organismo de radiocomunicações da Marinha, pela constituição da Direção do Serviço de Eletricidade e Comunicações (DSEC), acumulando a sua chefia com as funções anteriores no Posto de Monsanto. Foi um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da TSF, nas comunicações navais portuguesas, foi responsável pela criação da Escola de Radiotelegrafia e Comunicações de Monsanto e pela formação dos telegrafistas da Armada e, a partir de 1932, desempenhou o cargo de diretor deste serviço (Valentim, 2003).

O comandante Nunes Ribeiro foi deputado entre 1911 e 1914, publicou muitos artigos sobre assuntos navais e a França agraciou-o com a Legião de Honra.



Foto 3 – Escultura da autoria de Lagoa Henriques de homenagem ao Comandante Nunes Ribeiro, retirada após desativação da Estação (Fonte: Gameiro, 2003)

Campo Entrincheirado de Lisboa

O Campo Entrincheirado de Lisboa, criado oficialmente em 1899, era formado por um sistema de fortificações que tinham como objetivo proteger a cidade de ataques terrestres e marítimos, uma estratégia conjunta de ambas as forças de defesa nacional. Sistema classificado como Praça de Guerra de 1ª Classe, em 1901 os limites do Campo Entrincheirado foram definidos e divididos em dois sectores, o setor norte abrangia o Recinto de Segurança Sacavém-Caxias, com as fortificações de apoio em Monsanto, Alto do Duque, Bom Sucesso e Ameixoeira, e o Sul, compreendia as fortificações na margem sul do Tejo. Foi concluído no ano seguinte, com

a finalização da estrada militar entre o Forte de D. Luís I (Caxias) e o Forte do Monte Cintra (Sacavém). O Campo Entrincheirado de Lisboa foi extinto em 1926.

A pesquisa realizada no Arquivo Histórico-Militar considerava a possibilidade de a estrada militar, com o percurso original passando por Carnaxide, e pequenas estruturas militares, terem sido implantadas no terreno abrangido pela Estação Radio Naval. A documentação consultada não revelou indícios desse tipo na área de estudo, embora Linda-a-Velha tenha sido incluída, mesmo de forma secundária, no projeto do Campo Entrincheirado de Lisboa.

Há referências, com localizações aproximadas da AE, por exemplo em documentos elaborados pelas Comissões de Guerra. Em 31 de outubro de 1859, a Comissão elaborou uma proposta que incluía a ribeira do Jamor ou da Cruz Quebrada na denominada “Linha de Defesa Afastada”: “...dirigia-se ao alto da serra de Alfragide, d’hai descendo a ribeira do Jamor ou da Cruz Quebrada, dirigia-se ao moinho do Cartaxo, e pela crista esquerda da ribeira de Barcarena ia terminar ao Tejo, no sítio de Gibalta”. Uma nova Comissão, de 1866, suprimiu a Linha de Defesa de Benfica a Gibalta, todavia: “...que a Linha interior constituiria o recinto de segurança, devendo compor-se de simples parapeitos de circunvalação e alguns reductos de terra... e do Casal da Barroca à foz da ribeira de Algés, passando pela serra de Monsanto” (Estudos de Comissões Militares 1888 e 1889).

O trajeto final da estrada militar, em 1902, partia do Forte D. Luís I, em Caxias, contemplava o Vale do Jamor, continuando na estrada Carnaxide-Queluz, a norte da AI em Linda-a-Velha, em direção à serra de Alfragide.

Além da pesquisa no Arquivo Histórico Militar também se consultaram obras de referência, no que concerne a construções militares com valor histórico e patrimonial, incluindo abundante cartografia antiga (Caixaria, 2007; Lobo, 2015).

Resultados da pesquisa documental

Para definir a situação de referência do fator Património Cultural elaborou-se um inventário de vinte e sete ocorrências (oc. 1 a 27), a maioria das quais situada na ZE do projeto, com exceção das oc. 1, 2 e 3. Este acervo abrange sítios arqueológicos e imóveis *protegidos* pelo inventário público (Endovélico, SIPA e PDM). Não se identificaram imóveis classificados na AI.

Na AI existem três ocorrências, também registadas na cartografia militar: o complexo edificado que formava a antiga Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro (oc. 1), um depósito de água (oc. 2) e um marco geodésico (oc. 3).

A antiga Estação Rádio Naval (oc. 1), de acordo com a imagem obtida no Google Earth e na cartografia militar, é composta por sete imóveis, distribuídos pela área norte da AI. Incluiu-se neste conjunto um imóvel situado na periferia oeste da propriedade, embora possa não estar relacionado com o dispositivo militar.

Em cota mais elevada, a tardoz de um conjunto de três edifícios existe um depósito de água (oc. 2). Na zona sudeste da AI situa-se o marco geodésico Algés (oc.3). “Os marcos geodésicos de triangulação cadastral ou outras referências a que alude o artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril, têm zonas de proteção que abrangem uma área em redor do sinal, com o raio mínimo de 15,00 metros.” (<https://outdoorportugal.pt/vertices-geodesicos/>).

Na ZE estão referenciadas quatro ocorrências arqueológicas, inscritas no inventário Endovélico (DGPC), em *Património Arqueológico — Sítios Arqueológicos Inventariados*, no PDM de Oeiras, e na respetiva Carta Arqueológica de Oeiras (CAO), segundo a fonte primária, Cardoso & Cardoso (1993).

A este da AI localiza-se o povoado calcolítico Alto do Dafundo / Alto de Santa Catarina (oc. 4, CNS 33, CAO 108), intervencionado em 1977, pelo arqueólogo João Ludgero Marques Gonçalves, no qual identificou uma área de habitat constituída por vestígios de uma cabana sobre estrutura pétreo e cerâmica com decoração canelada.

No limite sul da AI, a cerca de 650m, foi identificada a estação de ar livre Casal de Barronhos (oc. 5, CNS 15506, CAO 106), com uma ocupação longa abrangendo os períodos Paleolítico, Calcolítico e Idade do Bronze, em sítio destruído aquando da construção do parque de autocarros da Carris, e representado por taças carenadas e cerâmicas campaniformes.

Em área urbana de Linda-a-Velha (oc. 6, CNS 11252, CAO 105), a 700m da AI, localizaram-se vestígios de superfície de cronologia alargada entre o Paleolítico Inferior e o Calcolítico, em sítio também destruído, todavia caracterizado por uma indústria lítica de pedra lascada e de pedra polida, cujo espólio foi depositado no Museu Nacional de Arqueologia.

Na praia do Dafundo (oc. 7, CNS 11252, CAO 109) foi recolhida indústria lítica de diferentes matérias-primas, do Paleolítico Inferior e Paleolítico Médio.

Na ZE, o inventário de património construído SIPA assinala 17 imóveis ilustrativos de arquitetura residencial, recreativa, cultural e religiosa, de acordo com a seguinte listagem:

- oc. 8 - Pavilhão de recreio projetado pelo arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, construído na primeira metade do século XX. Possui fachada principal virada ao rio Tejo, adjacente ao limite do muro da Quinta do Cedro. Em vias de classificação, por despacho do presidente da Câmara Municipal de Oeiras a determinar a abertura do

procedimento de classificação como de Interesse Municipal, em 16 agosto (edital n.º 218/2017 determinando a abertura do processo de classificação como IM);

- oc. 9 - Quinta do Cedro (IPA.00011642), foi mandada construir, no século XIX, por Roberto Ivens, e na 1ª metade do século XX, o imóvel passou a ser designado de Vivenda Mondego;

- oc. 10 e oc. 11 - Jardim da Quinta de São Mateus, (IPA.00022665) e o palácio da Quinta de São Mateus (IPA.00022546), adjacente, foram construídos no final do século XVIII, tendo o palácio planta em L, com aplicação de revestimento azulejar exterior, em 1860, e um mirante, erigido em 1917;

- oc. 12 - Casa da Quinta de S. João do Rio / Instituto Espanhol (IPA.00006618) é um edifício com pátio murado e jardins, que pertencia a quinta com arquitetura de estilo rococó, cuja origem remonta à construção de uma casa de quinta de veraneio, na primeira metade do século XVIII, propriedade do fidalgo Marco António de Azevedo Coutinho, secretário de Estado de D. João V;

- oc. 13 - Aquário Vasco da Gama (IPA.00022665), inaugurado em 1988, cujas espécies em exposição eram provenientes das expedições oceanográficas do final do século XIX, em vias de classificação;

- oc. 14, 15 e 16 - Casa na Alameda Hermano Patrone nº 20, (IPA.00033930) é uma moradia setecentista. Na mesma rua, os números 22 (IPA.00033929) e 24 (IPA.00033928) assinalam duas moradias unifamiliares, de planta retangular irregular, edificadas no século XX;

- oc. 17 - Convento de S. José de Ribamar / Quinta de São José de Ribamar (IPA.00025307), quinta doada aos monges franciscanos, no século XVI, por D. Francisco de Gusmão e sua mulher D. Joana de Blasbelt;

- oc. 18 - Palácio Ribamar (Oc., IPA.00007856), de cronologia setecentista, com dois pisos, mandado erigir pelo 8º conde de Vimioso e 2º marquês de Valença. Desde então foi ocupado por diferentes atividades, ocupado por um casino, escola secundária, Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola e casa de férias de Hintze Ribeiro. Em 1962, a Câmara Municipal de Oeiras adquire o imóvel e atualmente é um Centro Cultural;

- Oc. 19 - Palacete Anjos / Centro de Arte Manuel de Brito (IPA.00022114) é um palacete de dois pisos, de estilo romântico. Em 1866 tornou-se propriedade do comendador Policarpo Anjos e, em 1970, o palácio e os terrenos são adquiridos pela Câmara Municipal de Oeiras para reabilitação;

- oc. 20 - Jardim da Quinta de Sta. Catarina (IPA.00022708), um exemplo de arquitetura recreativa;

- oc. 21 - Jardim da Quinta dos Aciprestes (IPA.00022545), que conjugou as diretrizes da Escola de Arquitetura Paisagista alemã com a estética das quintas de recreio do jardim português. Em 1254, a propriedade é referenciada como Herdade de Ninha de Ribamar e nos séculos XVII e XVIII era a maior propriedade da área, então denominada Casal Grande e Quinta do Casal Grande Ninha e/ou Linda-a-Velha;

- oc. 22 - Edifício Kodak Portuguesa (IPA.00024060), cujo projeto de Arquitetura Paisagista esteve a cargo do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles;
- oc. 23 - Jardim da Aquaparque (IPA.00029043), projeto criado em 1992 pelo arquiteto paisagista Manuel Sousa da Câmara;
- oc. 24 - Forte do Alto do Duque (IPA.00022545), monumento de interesse público, com zona especial de proteção (ZEP).

Da cartografia militar obteve-se a localização de três moinhos de vento, um no Alto de Santa Catarina e dois sobranceiros ao Rio Jamor (oc. 25, 26 e 27).

Estes resultados estão listados no **Quadro 1** e caracterizados com maior detalhe no **Anexo 3** e cartografados nas **Figuras 2 e 3**.

Nesta situação de referência, e à exceção do atual edificado militar (oc. 1), constata-se a inexistência de ocorrências de interesse arqueológico na AI do projeto. Essa lacuna de conhecimento pode ser em parte consequência de uma ausência de pesquisa, só em parte condicionada, nos últimos decénios, pelo impedimento de acesso ao interior do perímetro militar.

De qualquer modo, a posição e a morfologia do sítio, em forma de planalto, proeminente, sobranceiro à orla costeira e a dois cursos de água que drenam para o mar, conferia-lhe potencial interesse arqueológico, até por comparação com antigas ocupações, pré-históricas, documentadas em relevos circunvizinhos, como o Alto do Dafundo (oc. 4).

Quadro 1. Caracterização sumária das ocorrências identificadas na AE

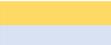
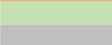
Referência		Tipologia Topónimo, designação ou localização	Inserção do projeto Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia				
			AI			ZE			PA	PR	F	ER	MC
TC	PD	CL	AA	AE	CL	AA	AE						
1		Estação Radio Naval Nunes Ribeiro Linda-a-Velha	PDM		3							C	
1a		Edifício principal Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		3							C	
1b		Edifício térreo Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1							C	
1c		Lavadouro Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1							C	

Referência		Tipologia Topónimo, designação ou localização	Inserção do projeto Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia					
			AI			ZE			PA	PR	F	ER	MC	In/N d
TC	PD	CL	AA	AE	CL	AA	AE							
1d		Moradia unifamiliar Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		2								C	
1e		Central recetora Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		3								C	
1f		Oficina Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1								C	
1g		Portaria Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1								C	
1h		Muro em cantaria e portão Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1								C	
1i		Moradia Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	PDM		1								C	
1j		Court de ténis Estação Radio Naval Nunes Ribeiro			0								C	
1k		Forno Estação Radio Naval Nunes Ribeiro			0								C	
2		Depósito de água Estação Radio Naval Nunes Ribeiro	CMP		1								C	
3		Marco geodésico Algés	CMP		0								C	
	4	Povoado Alto do Dafundo				DGPC PDM	3						C	
	5	Estação de ar livre Casal de Barranhos				DGPC PDM	2			P		CB		
	6	Vestígios de superfície Linda a Velha				DGPC PDM	1			P		NC		
	7	Vestígios de superfície Praia do Dafundo				DGPC PDM	2			P				
	8	Pavilhão de recreio Dafundo				SIPA							Nd	C
	9	Quinta Quinta do Cedro				SIPA							Nd	C
	10	Palácio Quinta de São Mateus				SIPA							Nd	C
	11	Jardim Quinta de São Mateus				SIPA							Nd	C
	12	Casa Quinta de S. João do Rio				SIPA							Nd	C
	13	Aquário Vasco da Gama Dafundo				SIPA							Nd	C
	14	Casa Alameda Hermano Patrone nº2				SIPA							Nd	C
	15	Casa Alameda Hermano Patrone nº22				SIPA							Nd	C
	16	Casa Alameda Hermano Patrone nº24				SIPA							Nd	C
	17	Convento S. José de Ribamar				SIPA							Nd	C
	18	Palacete Palacete Ribamar				SIPA							Nd	C
	19	Palacete Palacete Anjos				SIPA							Nd	C
	20	Jardim Quinta de Santa Catarina				SIPA							Nd	C
	21	Jardim Quinta dos Aciprestes				SIPA							Nd	C

Referência		Tipologia Topónimo, designação ou localização	Inserção do projeto Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia					
			AI			ZE			PA	PR	F	ER	MC	In/Nd
TC	PD	CL	AA	AE	CL	AA	AE							
	22	Edifício Kodak Portuguesa Linda-a-Velha				SIPA								C
	23	Jardim Aquaparque				SIPA								C
	24	Forte Alto do Duque				SIPA								C
	25	Moinho de vento Alto de Santa Catarina												Nd
	26	Moinho de vento Estrada das Biscoiteiras												Nd
	27	Moinho de vento Estrada das Biscoiteiras												Nd
28		Achado isolado Estação Radionaval		1									PR	
29		Achado isolado Estação Radionaval		1									PR	

LEGENDA

Referência. Os números referentes a trabalho de campo (TC) e pesquisa documental (PD). Faz-se, desta forma, a correspondência entre as duas fontes de caracterização do Património. As ocorrências estão identificadas na cartografia com estas referências. **Tipologia, Topónimo ou Designação. Inserção no Projecto.** AI = Área de Influência do Projeto; ZE = Zona de Enquadramento do Projeto. **Categoria.** CL = Património classificado, em vias de classificação ou com outro estatuto de proteção (Mn=monumento nacional; Ip=imóvel de interesse público; Mp=monumento de interesse público; Mm=monumento de interesse municipal; ZP=zona especial de protecção; VC=em vias de classificação; PI=planos de ordenamento; In=inventário); AA = Património arqueológico; AE = Arquitetónico, artístico, etnográfico, construído. **Valor cultural e critérios.** Elevado (5): Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. Médio-elevado (4): Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitetónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (caraterísticas presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1): Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. Nulo (0): Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída ou sem valor cultural. **Ind=Indeterminado (In)**, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou *não determinado (Nd)*, quando não se obteve informação atualizada ou não se visitou o local. **Cronologia.** PA=Pré-História Antiga (i=Paleolítico Inferior; m=Paleolítico Médio; s=Paleolítico Superior; Me=Mesolítico); PR=Pré-História Recente (N=Neolítico; C=Calcolítico; B=Idade do Bronze); F=Idade do Ferro; ER=Época Romana; MC=Idades Média, Moderna e Contemporânea (M=Idade Média; O=Idade Moderna; C=Idade Contemporânea); **Ind=Indeterminado (In)**, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou *não determinado (Nd)*, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou não se obteve informação atualizada ou não se visitou o local. Sempre que possível indica-se dentro da célula uma cronologia mais específica. **Incidência espacial.** Reflete-se neste indicador a dimensão relativa da ocorrência, à escala considerada, e a sua relevância em termos de afectação, através das seguintes quatro categorias (assinaladas com diferentes cores nas células): achados isolados ou dispersos; ocorrências localizadas ou de reduzida incidência espacial, inferior a 200m²; manchas de dispersão de materiais arqueológicos, elementos construídos e conjuntos com área superior a 200m² e estruturas lineares com comprimento superior a 100m; áreas de potencial interesse arqueológico, arquitetónico e etnográfico; ocorrência de dimensão indeterminada.

Achados isolados ou dispersos Ocorrência de pequena dimensão		Áreas de potencial valor cultural Ocorrência de dimensão significativa Dimensão não determinada	
---	---	---	---

Resultados do trabalho de campo

O trabalho de campo consistiu, de acordo com a metodologia canónica, no reconhecimento das existências evidenciadas na pesquisa documental (oc. 1 a 3) e na prospeção sistemática da totalidade da AI do projeto, nesta segunda ação, com a finalidade identificar condicionantes culturais inéditas, nomeadamente de natureza arqueológica, arquitetónica e etnográfica. Foi executado por Anabela Joaquineto e João Caninas com a participação de Fernanda Silva, aluna da Universidade Autónoma de Lisboa, no âmbito da aprendizagem de metodologias aplicadas a trabalho de campo.

Atualmente, a AI abrange, maioritariamente, um espaço aplanado no setor centro-sul, com uma cota muito superior à envolvente urbanizada. Contudo este tipo de relevo pode não corresponder à morfologia anterior à instalação militar e ter resultado da construção de um terraplano para a instalação de antenas de telecomunicações, cuja antiga existência está evidenciada por alguns maciços de amarração. Não se obteve cartografia anterior a essa intervenção.

Na parte centro-norte da AI, a sul da avenida Victor Duarte Pedroso, o relevo antecedente à instalação da infraestrutura militar também foi significativamente alterado, com sucessivas escavações e aterros, para criação de socalcos destinados à instalação de edifícios e de uma rotunda rodoviária. Estas ações podem ter eliminado ou deslocado vestígios arqueológicos correspondentes a ocupações antigas.

A norte da referida avenida, parece manter-se a antiga forma de relevo, consistindo em encosta de pendente suave para levante. Ao invés, a periferia da AI e do planalto central, a sul, a leste e a oeste, apresenta-se muito escarpada. O setor norte-oeste da AI abrange uma encosta ampla, de desnível acentuado, tendo como sópé um socalco sobranceiro à rua João Chagas.

As ocorrências reconhecidas a partir da pesquisa documental são a Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro (oc. 1), isolada da restante AI por vedação metálica, um reservatório de água circular, elevado, com fuste liso e dois corpos de secção circular, sobrepostos, com diferentes diâmetros (oc. 2) e um marco geodésico, atípico, formado por um pilar cilíndrico, em betão (oc. 3), no limite sudeste da AI.

A antiga Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro (oc. 1) consiste em sete edifícios: o edifício principal (oc. 1a) que incluía camaratas, área social, um teatro e serviços administrativos, uma casa de função indeterminada, provavelmente a enfermaria ou serviços administrativos (oc. 1b), um lavadouro (oc. 1c), a residência oficial do comandante (oc. 1d), o edifício onde estava instalada a Central Recetora (oc. 1e), uma oficina (oc. 1f) e uma portaria (1g). Merecem ainda referência, o portão principal e muro periférico, em cantaria (oc. 1h), confinante com a avenida Victor Duarte Pedroso, uma casa de habitação subdividida em três frações, que se situa no limite oeste da AI (oc. 1i) e duas estruturas de apoio à zona recreativa, um pavimento betonado usado como campo de ténis (oc. 1j), fronteiro ao edifício principal, e um forno-grelhador (oc. 1k), localizado a tardoz da Central Recetora. Estas construções foram caracterizadas de acordo com normas criadas por entidades públicas, disponíveis na página da DGPC e SIPA (**Anexo 4**).

Os imóveis estão em razoável estado de conservação, com os danos próprias de abandono e do frequente vandalismo a que têm estado sujeitos. A Central Recetora (oc. 1e) apresenta pior estado de conservação, com abatimento do telhado sul e afetação do telhado norte e das paredes, por incêndio com origem na antiga sala de transmissões. Os compartimentos estão despojados de todo o seu mobiliário e equipamento. Observa-se elevada quantidade de resíduos associados à presença recorrente de visitantes.

Neste conjunto edificado, realça-se o valor arquitetónico e patrimonial de pelo menos duas construções, o edifício principal (oc. 1a) e a Central Recetora (oc. 1e), esta dotada de uma elegante torre panorâmica, e ambos marcados por brasões ao estilo do Estado Novo. Na sua futura reabilitação ficaria bem reconduzir ao local próprio a escultura do Comandante Nunes Ribeiro.

Estas ocorrências estão caracterizadas no **Anexo 4** e cartografadas nas **Figura 2 e 3**.

Os resultados da prospeção sistemática da AI são escassos e correspondem, no essencial, à identificação de artefactos líticos de cronologia pré-histórica, uma raspadeira e duas lascas de sílex (oc. 28 e 29). Deve realçar-se o facto de terem sido identificados sobre solo residual, de origem vulcânica, que não coincide com a delimitação expressa na cartográfica geológica. Estes achados posicionam-se sobre Argilas dos Prazeres, de acordo com aquela fonte cartográfica (**Figura 1**). Estes escassos vestígios, de uma ocupação muito antiga deste espaço, estão condicionados, na presente estação climática, pela reduzida visibilidade ao nível do solo, e eventualmente por mobilizações de solo/subsolo ocorridas aquando da construção da Estação Rádio Naval. De qualquer modo, convergem com a perceção acerca do maior potencial arqueológico do substrato geológico correspondente ao manto vulcânico.

O zonamento da prospeção de campo (**Anexo 5 e Figura 4**) foi caracterizado em quatro diferentes zonas, em termos de ocupação e visibilidade. Na zona A a prospeção de campo teve elevado condicionamento, na observação do solo e na progressão pedestre, devido à densa vegetação herbácea e arbustiva, sobretudo em encostas e depressões, e por vezes de porte elevado, nomeadamente canaviais, com cerca de 2,5m de altura. Verificou-se a remanescência de um antigo pomar abandonado, adjacente à moradia do comandante, e oliveiras dispersas, rodeadas por vegetação compacta. Esta dificuldade de observação do solo foi revertida em clareiras, solos remexidos e em estreitos caminhos pedonais, um dos quais aberto recentemente, o que permitiu a identificação de três peças líticas de cronologia pré-histórica (oc. 28 e 29). Em consequência, a eficácia da observação do solo, para deteção de vestígios arqueológicos, móveis, foi reduzida a nula.

Como atrás referido, o terreno apresenta vários desníveis, com uma topografia irregular marcada por socacos, para eventual uso agrícola ou de instalação da antiga infraestrutura militar, com incidência nas zonas norte e oeste, e amplos terraplenos na área central.

Há cerca de 15 anos existiam várias hortas, na zona oeste, abandonadas em sequência da instalação de vedação: “na realidade, segundo os relatos dos moradores, verificou-se que as hortas tinham sido desativadas por ordem da Marinha (o terreno em questão pertence à Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro), em 2010, depois de diversas queixas da utilização indevida do espaço, nomeadamente, a utilização dos terrenos para dormir e organizar eventos, não estando a sua principal utilização a ser respeitada pelos utilizadores do espaço” (Saraiva, 2011, p.60). Atualmente, a vedação já não cobre todo o perímetro da AI, e persistem

pequenas hortas (zona B), com cultivo da fava, conforme observado aquando do trabalho de campo. A visibilidade para deteção de estruturas arqueológicas é elevada e para deteção de materiais arqueológicos é média a reduzida.

A zona C é corresponde a parcela situada na periferia a sul, com vegetação herbácea rasteira e dispersa, o que possibilitou uma excelente observação do solo para identificação de estruturas e materiais arqueológicos, ambos com visibilidade elevada. É um aterro/terrapleno, sujeito a despejos de gravilha, que impede o crescimento da vegetação. Está adjacente à zona D.

A zona D abrange, na periferia sudoeste da AI, uma estreita faixa de encosta artificializada, ajardinada, com vegetação herbácea rasteira, cortada regularmente, e povoamento arbóreo, por se situar na envolvente de vários edifícios habitacionais e do supermercado Lidl. A visibilidade para deteção de estruturas e materiais arqueológicos é elevada.

Lacunas de conhecimento

A principal lacuna de conhecimento foi imposta pela cobertura vegetal muito densa, na zona A, a mais extensa, impedindo uma observação sistemática, extensiva e adequada do solo, para deteção de estruturas e materiais arqueológicos.

De referir que não se obteve, até ao momento, informação documental sobre o projeto arquitetónico da Estação Rádio Naval Comandante Nunes Ribeiro.

AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Introdução

1. A Situação de Referência do fator Património Cultural foi atualizada com base em pesquisa documental e em trabalho de campo, tendo-se registado vinte e nove ocorrências (oc. 1 a oc. 29), cinco das quais situadas na AI (oc. 1, 2, 3, 28 e 29) e as restantes na ZE, sendo quatro arqueológicas e 20 de cariz arquitetónico. A oc. 1 é um conjunto de edificado que foi subdividido em onze partes (oc. 1a a 1k)

As oc.1a e oc.1e têm grau de condicionamento médio, tendo como referência o valor cultural que se convencionou atribuir-lhes. A oc. 1d tem valor médio-baixo. As ocorrências 1b, 1c, 1f, 1g, 1h, 1i e 2 tem grau de condicionamento baixo, tendo em consideração o seu reduzido valor cultura. As oc. 1j e oc. 1k têm grau de condicionamento que se pode considerar nulo.

As oc. 28 e 29 têm, intrinsecamente, grau de condicionamento baixo, considerando o facto de serem achados isolados. Contudo, não se deve excluir a presença de um contexto arqueológico, associado àqueles artefactos, que as condições de visibilidade, ao nível do solo, não permitiram identificar.

2. O estudo urbanístico (**Figura 5**) e a versão final do projeto de loteamento (**Figura 6**) contemplam diversos equipamentos e espaços públicos e privados, com um parque habitacional, repartido por cinco conjuntos de fogos, espacialmente diferenciados, e respetivas zonas verdes de enquadramento, um amplo parque urbano (12 ha), quatro equipamentos do domínio privado municipal, incluindo espaços para uso educacional/desportivo (E1 e E2) e dois edifícios da antiga Estação Rádio Naval (E3 e E4), e rede viária incluindo ciclovias. Três dos cinco conjunto de lotes situam-se em zonas periféricas e de menor altitude, ao logo da av. Victor Duarte Pedroso, da rua João Chagas e da rua Pedro Alvares Cabral. Apenas dois desses cinco conjuntos se situam em posição mais elevada no eixo longitudinal da AI. Os equipamentos E1 e E2 situam-se em zonas periféricas, os maiores em área, a norte da avenida Victor Duarte Pedroso, em cotas inferiores ao espaço culminante da AI. O equipamento E5 é uma unidade hoteleira.

O estudo urbanístico e o projeto de loteamento tiveram em devida consideração os edifícios de maior interesse cultural no conjunto que integra a antiga Estação Rádio Naval, casos das oc. 1a e 1e, propondo a sua recuperação (equipamentos E3 e E4 nas **Figuras 5 e 6**).

3. Em Memória Descritiva referente à Rede Viária é mencionado no ponto respeitante a Terraplanagens que serão executadas para construção de murete de vedação que separa uma primeira fase de execução das obras de urbanização sem o Parque, e uma segunda fase complementar que consiste na execução do Parque: “serão realizados trabalhos de desmatação e decapagem com espessura media de 0,30m na zona da obra, para

viabilizar a movimentação de terras (escavações e aterros) e a preparação do leito do pavimento. (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Rede Viária p. 8).

4. As fundações para implantação das condutas de abastecimento de água de consumo e combate a incêndios terão um mínimo de 0,90m de profundidade e as para a rede de drenagem de águas residenciais domésticas e pluviais, um máximo de 3,0m de profundidade e um mínimo de 0,50m de largura (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Rede de abastecimento de água de consumo e combate a incendio, p. 8 e Rede de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, p. 12).

5. As valas para implementação dos cabos de baixa tensão terão uma profundidade mínima de 0,80m (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Rede de Infraestruturas Elétricas, p. 10).

6. A Rede de tubagem principal e de distribuição de telecomunicações será constituída por tubos com o diâmetro geral de 110mm e enterrados a pelo menos 0.80m de profundidade (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Rede de Infraestruturas de Telecomunicações, p. 4).

7. Prevê-se a execução de diversos muros de suporte, com uma espessura média de 0.30m na consola e de 0.40 na sapata dos muros (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Obras acessórias, p. 3).

8. Na rede de gás há somente referência que a rede de distribuição de gás natural será ligada á rede pública existente. (Memória descritiva e justificativa, versão final do projeto de loteamento, Rede de Infraestruturas de Gás, p. 5). As valas para a sua implantação deverão ter cerca de 0,80-0,90m de profundidade.

9. Consideram-se passíveis de gerar impactes negativos (diretos ou indiretos), as ações referidas de preparação do terreno e de execução das empreitadas, como desmatamentos, demolições, mobilizações de solo, escavações de fundações e valas e circulação de máquinas.

A caracterização de impactes teve em conta (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo), (2) o grau de incidência ou proximidade da ação impactante sobre a ocorrência de interesse cultural e (3) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte. Esta avaliação está sintetizada no **Quadro 2**.

Impactes na fase de construção

O projeto contempla a recuperação do edifício principal (oc. 1a) e da Central Recetora (oc. 1e) da antiga Estação Rádio Naval. Essa intenção, representa desde logo um impacte positivo, com a manutenção daquele edificado de valor cultural. Contudo, no desconhecimento das caraterísticos desses projetos de recuperação, e de modo prudente, temos de considerar que o projeto tem um impacte negativo indeterminado naqueles imóveis. Admite-

28 e 29	AI		C	D	-	Indeterm.	Indeterm.	P	P	I
			E							I
			D							I
4 a 27		ZE	C		-					N
			E							N
			D							N

Impactes na fase de exploração

De acordo com a informação atualmente disponível, os impactes negativos que possam resultar das ações de remodelação ou reparação das infraestruturas do Projeto, com recurso a escavação no solo/subsolo, são indeterminadas.

Não se identificaram impactes negativos por intrusão na envolvente espacial de imóveis classificados ou em vias de classificação.

Nesta fase, não existem impactes negativos no edificado que for demolido na fase de construção.

Impactes na fase de desativação

Não se dispõe de informação que permita caracterizar os impactes negativos que possam resultar da desativação do Projeto. Os (eventuais) impactes negativos devem ser avaliados a partir dos resultados obtidos nas fases antecedentes, de construção e de exploração.

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Introdução

Na Avaliação de Impactes foram discutidas as consequências da construção, da exploração e da desativação do Projeto sobre as ocorrências de interesse cultural identificadas na AE.

Esta apreciação fundamenta as medidas de minimização a seguir propostas.

Medidas para antes da construção

MM.01. Registo documental completo (memória descritiva, representação tridimensional, com produção de plantas, cortes e alçados e registo fotográfico geral e de pormenor), para memória futura, do edificado a recuperar (oc. 1a e 1e). Deve executar-se prévia remoção de selagens e resíduos e a limpeza de vegetação invasora. Esta ação terá também um efeito preventivo (salvaguarda pelo registo), em relação à ocorrência de danos nas fases de construção.

MM.02. Registo documental completo (memória descritiva, representação tridimensional, com produção de plantas, cortes e alçados e registo fotográfico geral e de pormenor), para memória futura, das construções a demolir (oc. 1b, 1c, 1d, 1f, 1g, 1h, 1i, 1j e 1k). Deve executar-se prévia remoção de selagens e resíduos e a limpeza de vegetação invasora.

MM.03. Execução de sondagens arqueológicas de diagnóstico na área das oc. 28 e 29, em parcelas e posições a definir em articulação com o Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Medidas para a fase de construção

MM.04. Acompanhamento das empreitadas relativas à construção de infraestruturas e edificado, por arqueólogos, com efeito preventivo em relação à afetação de vestígios arqueológicos incógnitos. Esse acompanhamento consiste na observação das operações de remoção e revolvimento de solo (desmatização, decapagens superficiais em ações de preparação, modelação ou regularização do terreno) e de escavação no solo e subsolo, conectas com a instalação de estaleiros e áreas de depósito de materiais, a abertura de acessos, valas e fundações e a movimentação de máquinas e equipamentos.

A revelação de vestígios de interesse arqueológico, no decurso das empreitadas, deve ser comunicada àquela entidade de tutela e avaliadas as medidas a adotar para a sua salvaguarda *in situ* ou pelo registo.

Os achados móveis colhidos no decurso dessas empreitadas deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do Património Cultural (atualmente a Direção Geral do Património Cultural), nomeadamente no Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Medidas para a fase de exploração

MM.05. O eventual aparecimento de vestígios arqueológicos no decurso de trabalhos de reparação ou alargamento das infraestruturas públicas e de construções privadas, com intrusão ao nível do solo/subsolo, deve ser comunicado pelo promotor do Projeto, ao organismo de tutela do Património Cultural, de modo imediato, no sentido de serem acionados os mecanismos de avaliação do seu interesse cultural e respetivas medidas de salvaguarda.

A aplicação de medidas específicas nesta fase ficará dependente dos resultados arqueológicos, eventualmente, obtidos na fase de construção.

Medidas para a fase de desativação

Nesta fase é aconselhável aplicar as medidas MM.04 e MM.05. Contudo, os resultados das fases precedentes podem determinar a adoção de outras medidas específicas.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Bibliografia

- ARCHER, Maria e Branca de Gonta Colaço (1943) - *Memórias da Linha de Cascais*, P. A. M. P.
- BARREIROS, D. (1980) - Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro: ontem e hoje / Delmar Barreiros. In Lisboa p. 18-22 Revista da Armada, nº 103, ano 9 (abril 1980).
- BREUIL, H.; ZBYSZEWSKI, G. (1945) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques et leur rapport avec la Géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du litoral d'Estremadura et des terraces fluviales de la basse vallée du Tage. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26.
- CARDOSO, J. L. Serrão da Cunha; PENALVA, C.; ZBYSZEWSKI, G. (1979) - Indústrias pré-históricas nas praias actuais da Costa Norte da Foz do Tejo. In Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 65, p. 239-251.
- CARDOSO, J. L. Serrão da Cunha; MACHADO, A. de; GAIVOTO, C. (1985) - Casal dos Barrinhos, Período do Calcolítico. In *Informação Arqueológica*. Lisboa, 5, p. 86-87.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRÉ, M. C. (1992) - Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 3, p. 1-645.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. (1993) - Carta arqueológica do concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4. Oeiras, 126p.
- CARDOSO, J. L. (1995) - Materiais arqueológicos inéditos das grutas de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos De Oeiras*, 5, 67–86.
- CARDOSO, J. L. (2001) - Arqueologia Pré-Histórica. In Notícia explicativa da folha 34C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa, pp.75-84.
- CARDOSO, J. L. (2006) - Pré-História. In Notícia explicativa da folha 34D (Lisboa) da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa, pp.53-58.
- CARDOSO, J. L. (2022) - O povoado pré-histórico de Leceia – cinquenta anos de trabalhos arqueológicos (1972-2022). In *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos, 31).

CARDOSO, J. L.; PEÇA P.; SANTOS R. (2017) - O Paleolítico Médio de S. Julião da Barra: a indústria lítica dos depósitos flúvio-marinhos intervencionados no âmbito da construção do campus universitário de carcavelos, Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

CAIXARIA, J. E., coronel de Engenharia (2007) - O Real Archivo Militar: cronologia histórica e documental (1802-1821), vol. 1. Exército – Direcção de Infra-Estruturas e Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar. Lisboa, 539p.

COLAÇO, B. G.; ARCHER, M. (1943) - Memórias da Linha de Cascais, Lisboa.

STOOP, A. (1985) - Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa, Barcelos.

CRUZ, F. de O. (2009) - Aspectos de Análise e Concepção para Reservatórios de Betão Armado, tese de mestrado, Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Aveiro.

FRAZÃO, F. (1982) - Lendas Portuguesas, Amigos do Livro Editores, Lda.

GAMEIRO M.; VALENTIM C.; GRAÇA, C. S. (2003) - Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro: 50 anos ao serviço das comunicações da Armada: Da Fundação à Atualidade In Revista da Armada, 366 (julho), p.18 a 21.

GONÇALVES, J. L. Marques; SERRÃO, E. Cunha (1978) - O povoado do Calcolítico inicial do Alto do Dafundo - Linda-a-Velha. Actas das III Jornadas Arqueológicas de Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 75-96.

GONÇALVES, J. L. Marques (1991) - O povoado do Alto do Dafundo (Linda-a-Velha, Oeiras): Corte A e datação para o Calcolítico inicial estremenho. Arqueologia, 26, p. 24-26.

HORTA, M. (1976) - O posto rádio telegráfico de Monsanto In Revista da Armada, 61, ano 6 (outubro), p. 4-5.

LOBO, F. de Sousa (2015) - A defesa de Lisboa. Linhas de Torres Vedras, Lisboa Oeiras e Sul do Tejo (1809-1814). Cascais: Tribuna da História.

MONTEIRO, G. (sd) - O sítio da Cruz Quebrada - Nótulas de micro-história, Separata de "O Fermento ", Cruz Quebrada.

PAÇO, A. do (1940) - Revisão dos problemas do Paleolítico, Mesolítico e Asturiense. Congresso do Mundo Português, 1, p. 129-158.

PAIS, J. et al. (2006) - Noticia explicativa da folha 34D (Lisboa) da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa, 74p.

QUEIROZ, N. I. Pires Soares da Costa (2015) - A Companhia Portuguesa Rádio Marconi na Rede Mundial de Comunicações (1906-1936). Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

RAMALHO, Miguel M. et al. (2001) - Notícia explicativa da folha 34C (Cascais) da Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, Instituto Geológico e Mineiro. Lisboa, 104p.

ROCHA, F. I. L. C. Serrão (1996) - Oeiras. O Património - A História, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras.

SARAIVA, R. Antunes (2011) - As hortas urbanas na reconfiguração social e ambiental de Oeiras. Mestrado em Gestão do Território, realizada sob a orientação científica de Professora Doutora Ana Firmino.

VALENTIM C.; GRAÇA C. Silva (2003) - Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro: 50 anos ao serviço das comunicações da Armada In Revista da Armada, 367 (agosto), p.10 a 12.

ZBYSZEWSKI, G.; CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. (1995) - A jazida paleolítica do Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra) - Oeiras. Estudos Arqueológicos de Oeiras, 5, 11–21.

Comunicações

PINTO, J. L. Leiria (2010) - As Comunicações na Marinha. Dos primórdios a 1975. Apresentada na Academia de Marinha pelo membro efetivo contra-almirante Leiria Pinto, em 1 de junho de 2010.

Estudos

Estudo da Comissão das Fortificações do Reino, Secção de Fortificações Terrestres, sobre o delineamento geral da linha principal de defesa do sector norte do Campo Entrincheirado de Lisboa (1888 e 1889) - Assinado por: tenente-coronel do Corpo do Estado-Maior Jaime de Castro Lobinho Zuzarte, major de Engenharia António Cândido Cerdeira de Almeida Soeiro de Gamboa, capitão de Artilharia Joaquim Lobo d'Ávila da Graça e capitães de Engenharia António Sarmiento da Fonseca, José Joaquim da Costa Lima e Teófilo José da Trindade.

Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1902) - Regulamento Provisório para os Trabalhos de Conservação, Reparação e Fiscalização do Recinto de Segurança e Estrada Militar do Sector Norte do Campo Entrincheirado de Lisboa, Lisboa.

Projecto da estrada de serventia no Forte de Caxias (1863-1904) - Tenente Eng.º António Caetano Pereira, António Caetano Pereira Júnior.

Memória Descritiva e Justificativa, Loteamento Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro, União das freguesias de Algés, Linda-a-velha e Cruz quebrada-Dafundo, (2023), IHRU, Município de Oeiras.

Cartografia

IGeoE (2009) - Carta Militar de Portugal, folhas 430 e 431, à escala. 1:25.000, Instituto Geográfico do Exército, Lisboa.

IGM (1999) - Carta Geológica de Portugal, Folha 34C, à esc. 1:50.000, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa.
https://geoportal.ineg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/

INETI (2005) - Carta Geológica de Portugal, Folha 34D, à esc. 1:50.000, Instituto Nacional de Engenharia Tecnologia e Inovação, Lisboa. https://geoportal.ineg.pt/pt/dados_abertos/cartografia_geologica/cgp50k/

Planos

Plano Diretor Municipal de Oeiras.

Entidades

Arquivo Histórico da Marinha.

Arquivo Histórico Militar.

Biblioteca do Museu da Marinha.

Centro de Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Direção Geral do Património Cultural.

Páginas web

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo - Base de dados Endovélico
<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Ulysses / Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação <http://www.patrimoniocultural.pt>

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Sistema de Informação sobre Património Arquitetónico (SIPA)
<http://www.monumentos.gov.pt>

Registo Nacional de Objetos Digitais: mod.bnportugal.gov.pt

Revista da Armada: www.marinha.pt/pt/servicos/Paginas/revista-armada.aspx

A arqueóloga responsável

Anabela Joaquinito

ANEXOS

Anexo 1. Autorização da DGPC



4-4

Assunto : PATA (prospecção) - Loteamento Urbano na Ex-Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro (Linda-a-Velha, Oeiras)

Requerente : Anabela da Conceição Branco Joaquinito

Local : Linda-a-Velha

Servidão Administrativa :

Inf. n.º: S-2023/608456 (C.S:1662941)
N.º Proc.º: DPAP/2023/11-10/143/PATA/23631 (C.S:250935)

Cód. Manual
Data Ent. Proc.º: 20/03/2023

Concordo, propondo a emissão de parecer favorável, nos termos da presente informação técnica.
A consideração superior,
António Matias
Chefe de Divisão do Património Arqueológico e das Arqueociências
5-ABR-2023

Aprovo.
C. Coelho
06/04/2023
Maria Catarina Coelho
Subdiretora-Geral

INFORMAÇÃO n.º: 1662941/DPAA/LISBOA/2023 **data:** 03/04/2023 **cs:** 250935

processo n.º: 2023/1(143)

assunto: PATA (prospecção) – Loteamento Urbano na Ex-Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro (Linda-a-Velha, Oeiras). Análise e parecer.

ENQUADRAMENTO LEGAL

A presente apreciação fundamenta-se nas disposições da legislação em vigor, nomeadamente:

- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.
- Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.
- Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho, que harmoniza a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.
- Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio, que cria a Direção-Geral do Património Cultural.
- Portaria n.º 201/2022, de 3 de agosto, que procede à segunda alteração da Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho, que aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural.

PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA

1. O Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA), da responsabilidade técnico-científica da arqueóloga Anabela da Conceição Branco Joaquineto, respeita à realização duma ação de prospeção, no local e no âmbito mencionados em epígrafe;
2. Para efeitos do n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (v. *Enquadramento Legal supra*), constituíram-se como Entidade Contratante, o Município de Oeiras, e como Entidade Enquadrante, a EMERITA, Empresa Portuguesa de Arqueologia, que assumem responsabilidade solidária com a direção científica acima identificada;
3. Analisada a documentação submetida, considera-se o PATA adequadamente instruído, reunindo os requisitos suficientes ao cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor, bem como das condicionantes de salvaguarda arqueológica presentes nos IGT eficazes e na circular, emitida pela DGPC em 10 de Setembro de 2004, sobre os "Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental";
4. Advertem-se, todavia, os requerentes e a entidade enquadrante para o cumprimento das obrigações relativas a trabalhos anteriormente autorizados, estipuladas na alínea a) do n.º 7 do artigo 6.º do Regulamento, em conjugação com os prazos previstos no artigo 14.º para entrega e aprovação de relatórios finais, no artigo 17.º para publicação de resultados e no artigo 18.º para depósito de espólio, e para a comunicação obrigatória das datas de início, de eventuais interrupções e de conclusão dos trabalhos, para efeitos de fiscalização e acompanhamento técnico, para o endereço eletrónico Lisboa@dgpc.pt.

À consideração superior,


Sérgio Carneiro, arqueólogo

Anexo 2. Metodologias

Situação de Referência	
Âmbito da Situação de Referência (SR) do fator Património Cultural	<p>Como universo de avaliação consideram-se achados (isolados ou dispersos), construções, conjuntos, sítios e indícios (toponímicos, topográficos ou de outro tipo), de natureza arqueológica, arquitetónica e etnográfica, independentemente do seu estatuto de proteção ou valor cultural, globalmente designados como <i>ocorrências</i>.</p> <p>Como diretivas legais e metodológicas consideram-se: a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural; o Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova e publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos; circular, emitida pela tutela em 29 de março de 2023, sobre os “Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Avaliação de Impacte Ambiental”</p>
Área de estudo do fator	<p><u>Área de Estudo (AE)</u>: corresponde à área de incidência e zona envolvente tal como se definem seguidamente.</p> <p><u>Área de incidência (AI)</u>: corresponde à implantação do Projeto. A AI é objeto de pesquisa documental e prospeção arqueológica sistemática. Como AI direta (AId) considera-se o conjunto das posições diretas das infraestruturas do Projeto e áreas funcionais da obra. A AI indireta (AIi) corresponde aos espaços situados entre as referidas implantações e o limite exterior da AI. No caso presente considera-se que a AI será totalmente afetada, com novas construções e espaços públicos.</p> <p><u>Zona de enquadramento (ZE)</u>: consiste em faixa envolvente da AI situada até, pelo menos, 1 km de distância do limite daquela área, sendo apenas objeto de pesquisa documental.</p>
Modo de caracterização do fator	<p>A SR do fator Património Cultural será caracterizada a partir de três ações principais: (1) pesquisa documental e institucional, prévia ao trabalho de campo, para identificação das ocorrências conhecidas na AE, as pré-existências; (2) prospeção de campo, para reconhecimento das pré-existências, visando a atualização da informação acerca do seu estado de conservação atual; (3) prospeção de campo para eliminação de lacunas de conhecimento e obtenção de novos conhecimentos acerca de ocorrências inéditas.</p> <p>Como base de trabalho é utilizada cartografia militar à escala 1:25.000 e levantamento topográfico da AI. Para além destes recursos, a orientação no terreno e consequente georreferenciação de existências é executada com recurso a GPS e um instrumento essencial, disponibilizado pelo Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) em parceria com a InfoPortugal, uma aplicação (App) para dispositivos móveis, com as várias Séries Cartográficas produzidas no CIGeoE que cobrem todo o território nacional. Estas <i>ferramentas</i> possibilitam uma navegação <i>off road</i> com o rigor, pormenor e detalhe que caracteriza a Cartografia Militar (www.igeoe.pt).</p> <p>As condições de eficácia da prospeção de campo serão documentadas num zonamento cartográfico que delimite zonas homogêneas em termos de visibilidade para a deteção de estruturas (positivas) acima do solo e materiais arqueológicos ao nível do solo. Consideram-se interditas, ou não prospetáveis, as parcelas de terreno que se apresentem vedadas e para as quais não se obtenha previamente autorização de entrada da parte dos respetivos proprietários ou seus representantes legais. Também se consideram interditos para prospeção os terrenos encharcados, os de progressão inviável face à inclinação do terreno e densidade da ocupação vegetal e os que contenham searas com porte e, ou, densidade vegetal elevada.</p> <p>As ocorrências serão caracterizadas em fichas individualizadas e representadas cartograficamente nas escalas e formas disponíveis, incluindo obrigatoriamente uma representação em carta militar à escala 1:25000. Para o efeito serão utilizados diferentes ícones, na forma, indicativa de diferentes tipologias (linhas e áreas, círculos, elipses, quadrados, triângulos e outros polígonos) e na cor, indicativa de diferentes cronologias.</p> <p>Para a caracterização do edificado utilizam-se as normas “KIT01 Património Arquitetónico – Geral” e “KIT02 Património Arquitetónico, Habitação Multifamiliar do século XX” (IHRU, IGESPAR, coordenação João Vieira e Manuel Lacerda).</p>

Fontes de informação

As fontes de informação utilizadas consistiram em inventários de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direção Geral do Património Cultural, através da base de dados Ulysses, de imóveis classificados, de imóveis em vias de classificação (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt>), Endovélico, de sítios arqueológicos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>) e o SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), em consulta *on line*, o plano diretor municipal, bibliografia sobre património cultural, cartografia militar, cartografia geológica, ortofotografias (Google Earth), entidades e investigadores relevantes.

Avaliação de impactes ou incidências

Podem gerar incidência/incidência negativa (direta ou indireta), sobre ocorrências de interesse cultural, todas as ações intrusivas no terreno, relacionadas com o funcionamento da obra e a execução do Projeto, consistindo em desmatagem, revolvimento de solo e escavação, incluindo a criação de áreas funcionais (estaleiro, parqueamentos, depósitos de inertes, áreas de empréstimo).

A caracterização dos impactes/incidências tem em conta: (1) a natureza física das ocorrências de interesse cultural (nomeadamente, estruturas destacadas acima do solo e vestígios ao nível do solo); (2) o grau de incidência ou proximidade da ação impactante sobre a ocorrência de interesse cultural; (3) a intrusão do Projeto na envolvente espacial de imóveis de valor cultural relevante e respetivas áreas de proteção, com especial incidência na fase de exploração; (4) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacte. Esta avaliação é executada tendo por base o grau de proximidade ou a sobreposição do Projeto em relação às ocorrências de interesse cultural.

Parâmetros de caracterização de impactes/incidências

Os parâmetros indicados podem ter grau indeterminado por insuficiência de informação acerca do Projeto ou acerca da ocorrência cultural.

Parâmetro	Graus	Explicação
Fase	Construção Exploração Desativação	Fases sequenciais de desenvolvimento do Projeto. No caso de pedreiras e minas entre a fase de construção (de infraestruturas) e a fase de exploração deve considerar-se uma fase de Preparação, correspondente, por exemplo à descoberta da área de exploração a céu aberto.
Incidência	Direta Indireta	O impacte/incidência, do Projeto ou do processo da sua construção (caso de estaleiros, áreas de depósitos e áreas de empréstimo), é direto se incide diretamente no espaço físico de uma ocorrência. O impacte/incidência é indireto se o Projeto comporta intrusão no espaço envolvente ou na zona de proteção de imóvel classificado ou de valor cultural mais elevado.
Tipo, Natureza ou Sinal	Negativo (-) Positivo (+)	Um impacte/incidência positivo ou benéfico decorre de uma ação que melhora o conhecimento ou o estado de conservação de uma ocorrência cultural. Um impacte/incidência negativo ou prejudicial traduz a destruição parcial ou total de uma ocorrência, a sua degradação, o ocultamento, ou uma intrusão na sua envolvente espacial.
Magnitude ou Intensidade	Elevada Média Baixa	A magnitude do impacte/incidência depende do grau de agressividade de cada uma das ações impactantes e da suscetibilidade das ocorrências afetadas. A magnitude é elevada se o impacte for direto e implicar uma destruição total da ocorrência. É média se implicar uma destruição parcial ou a afetação da sua envolvente próxima. A magnitude é reduzida se traduzir uma degradação menos acentuada ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.
Significância ou Importância	Elevada Média Reduzida	A significância do impacte/incidência depende da importância do recurso afetado, tendo em conta a respetiva expressão local, regional, nacional e internacional. A significância é elevada ou muito significativa se o impacte for direto e implicar uma destruição total de uma ocorrência de importância a nível internacional e nacional. É média ou significativa se implicar uma destruição parcial ou a afetação da sua envolvente próxima. A significância é reduzida ou pouco significativa se traduzir uma degradação de uma ocorrência relativamente bem representada no território nacional, de valor cultural reduzido, em avançado estado de degradação ou uma intrusão na zona envolvente também com menor expressão volumétrica ou mais afastada da ocorrência.

Duração ou Persistência	Temporária	A duração do impacte/incidência, ou seja, do efeito induzido pela ação impactante sobre a ocorrência cultural pode ser temporária ou permanente.
	Permanente	Embora muitas causas possam ser temporárias ou seus efeitos negativos têm, em geral, caráter permanente. Um efeito do tipo ocultamento que após a sua cessação não degrade o estado de conservação da ocorrência de interesse cultural pode considerar-se temporário.
Probabilidade ou Grau de certeza	Certo, Provável	O grau de certeza ou a probabilidade de ocorrência de impactes/incidências é determinado com base no conhecimento das características intrínsecas das ações impactantes, da sua localização espacial e do grau de proximidade em relação às ocorrências de interesse cultural. A probabilidade é certa se a localização de uma parte de Projeto coincide, parcial ou totalmente, de forma negativa com a posição de uma ocorrência cultural
	Pouco provável ou improvável	
Reversibilidade	Reversível	O impacte/incidência é reversível se os respetivos efeitos se anularem a curto, médio ou longo prazo. É irreversível se esses efeitos permanecem por tempo indeterminado. Esta é a situação mais comum neste fator.
	Irreversível	O efeito de ocultamento pode considerar-se reversível se após a sua cessação se verificar que não houve degradação do estado de conservação da ocorrência de interesse cultural.
Expressão Espacial	Local	O impacte/incidência é local se os respetivos efeitos possuem uma expressão apenas a nível local. É regional se esses efeitos se fazem sentir a uma escala regional. É nacional se esses efeitos possuem uma expressão espacial a nível nacional. Os impactes/incidências neste fator têm em geral uma expressão local.
	Regional	
	Nacional	
Desfasamento no tempo ou instante em que se produz	Imediato	O instante em que se produz o impacte/incidência conhece-se observando o intervalo de tempo que decorre entre a ação que provoca o impacte e o impacte propriamente dito. Considera-se o impacte/incidência como imediato se ocorrer logo após a ação ou, a médio e longo prazo se existir um intervalo de tempo de menor ou maior duração entre a ação e o impacte.
	Médio Prazo	
	Longo Prazo	

Medidas de Minimização (conceitos gerais)

Medida	Fase	Definição
Ajustamento do Projeto	Projeto	Alteração da posição de partes do Projeto com o objetivo de anular um impacte/incidência negativo, certo ou previsível, sobre uma ocorrência.
Planta de condicionantes	Antes da construção	Inclusão das ocorrências de interesse cultural, identificadas na Situação de Referência, em planta de condicionantes, impondo restrição total à sua afetação, ocupação, atravessamento dos respetivos sítios ou obrigação de registo para memória futura.
Prospeção (arqueológica)	Construção, exploração	Prospeção das partes do Projeto ou áreas funcionais da exploração que se localizem fora das zonas prospetadas no decurso desta avaliação.
Escavações e sondagens arqueológicas	Construção, exploração	Execução de sondagens de diagnóstico e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respetivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção, desativação	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatagem e decapagens superficiais em ações de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adoção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, outras). Os achados móveis efetuados no decurso desta medida deverão ser

		colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, exploração	Conservação (mesmo que de forma passiva) das ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico, tendo em consideração o seu valor cultural. Esta medida pode concretizar-se na delimitação e sinalização de áreas de proteção às ocorrências a conservar.
Registo (documental)	Construção	Representação gráfica e fotográfica e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse cultural que possam ser destruídas em consequência da execução do Projeto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de exploração.
Sinalização	Construção	Sinalização das ocorrências de interesse cultural situadas nas proximidades das frentes de exploração, passíveis de afetação, mesmo que indireta, na fase de construção. Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	Medidas relacionadas com o estudo, o uso público (turístico-didática) e a conservação ativa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse cultural.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse cultural identificados na AI do Projeto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detetados.
Monitorização	Exploração	Observação periódica do estado de conservação das principais ocorrências de interesse cultural situadas na AI do Projeto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e obriga à apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.

Anexo 3. Ocorrências identificadas na pesquisa documental

Identificação	Caraterização
<p>Nº de Referência 1 Topónimo ou designação Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro Tipologia Arquitetura de telecomunicações Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura militar Estatuto (Legal) Não identificado Valor cultural Médio CMP folha 430 e 431 Fonte de Informação CMP, Google Earth, Revista da Armada Localização AI.</p>	<p>O Posto Rádio Telegráfico de Monsanto foi inaugurado em 1916, e equipado com aparelhos que permitiam um alcance de 400 milhas de dia e 800 milhas de noite. Os serviços principais incluíam serviço movel marítimo, serviço meteorológico e sinal horário em conjunto com o Observatório Astronómico da Ajuda. Em 1918, o comandante Nunes Ribeiro é nomeado diretor do Posto, dando início a um período de importante desenvolvimento das comunicações navais. Em 1953, o Posto de Monsanto passa a ser designado por Estação Radionaval Comandante Nunes Ribeiro. A partir dos anos 50, a estação é constituída por duas centrais, a Central Transmissora de Monsanto e a Central Recetora de Algés, que comunicava com o centro de comunicações da Armada, que garantia as comunicações com os navios de guerra. A Central é extinta em setembro de 2005.</p>
<p>Nº de Referência 2 Topónimo ou designação Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro Tipologia Depósito água Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura hidráulica Estatuto (Legal) Não identificado Valor cultural Baixo CMP folha 430 Fonte de Informação CMP Localização AI.</p>	<p>Não se obteve informação para caraterização desta ocorrência.</p>
<p>Nº de Referência 3 Topónimo ou designação Algés Tipologia Marco geodésico Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetónico Estatuto (Legal) Não identificado Valor cultural Baixo CMP folha 431 Fonte de Informação CMP Localização AI.</p>	<p>Não se obteve informação para caraterização desta ocorrência.</p>
<p>Nº de Referência 4 Topónimo ou designação Alto do Dafundo / Alto de Santa Catarina Tipologia Povoado Cronologia Calcolítico Categoria Arqueológico Estatuto (Legal) Inventário DGPC-Endovélico (CNS 33), PDM Valor cultural Médio CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC, PDM, CAO 108 Localização ZE.</p>	<p>"Povoado do Calcolítico Inicial onde se detectou uma área habitacional, com um fundo de cabana e espólio associado. Não foram detectadas estruturas defensivas." (Endovélico).</p>
<p>Nº de Referência 5 Topónimo ou designação Casal de Barranhos Tipologia Estação de ar livre Cronologia Paleolítico, Calcolítico e a Idade do Bronze Categoria Arqueológico Estatuto (Legal) Inventário DGPC-Endovélico (CNS 15506), PDM, Valor cultural Nulo CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC, PDM, CAO (106) Localização ZE.</p>	<p>"Estação destruída, representada por materiais líticos e cerâmicos, de superfície, observados antes da construção do Parque de Autocarros da Carris" (Endovélico).</p>
<p>Nº de Referência 6 Topónimo ou designação Linda-a-Velha Tipologia Vestígios de superfície Cronologia Paleolítico Inferior, Paleolítico Médio, Paleolítico Superior, Neolítico e Calcolítico Categoria Arqueológico Estatuto (Legal) Inventário DGPC-Endovélico (CNS 11252), PDM Valor cultural Nulo CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC, PDM, CAO (105) Localização ZE.</p>	<p>"A estação era constituída por materiais de superfície. Actualmente encontra-se destruída" (Endovélico).</p>
<p>Nº de Referência 7 Topónimo ou designação Praia do Dafundo Tipologia Vestígios de superfície Cronologia Paleolítico Inferior e Paleolítico Médio Categoria Arqueológico Estatuto (Legal) Inventário DGPC-Endovélico (CNS 15507), PDM, Valor cultural Baixo CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC, PDM, CAO Localização ZE.</p>	<p>"Materiais líticos, de calcário, basalto, sílex, quartzo e quartzito, recolhidos à superfície na praia actual da margem norte do estuário do Tejo, a montante da foz do Rio Jamor" (Endovélico).</p>

<p>Nº de Referência 8 Topónimo ou designação Pavilhão de recreio da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro Tipologia Pavilhão Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Em vias de classificação, abertura do procedimento de classificação como de Interesse Municipal, 16 agosto - Edital n.º 218/2017, inventário DGPC-SIPA (IPA.00011642) Valor cultural Não determinado CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Pavilhão de recreio projetado por Porfírio Pardal Monteiro, construído na primeira metade do século 20, apresentando um gosto eclético. Fachada principal virada ao rio Tejo, Av. Marginal; junto ao limite do muro da Quinta do Cedro (IPA.00011642)” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 9 Topónimo ou designação Quinta do Cedro Tipologia Quinta Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura paisagística Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00011642) Valor cultural Não determinado CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Séc. 19, finais - o palacete da Quinta do Cedro foi mandado construir por Roberto Ivens; Séc. 20 - nas primeiras décadas, a propriedade passa a ser designado de Vivenda Mondego” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 10 Topónimo ou designação Palácio da Quinta de São Mateus Tipologia Palácio Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00022546) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Planta em L, composta pela articulação de rectângulos a 2 níveis de cotas, volumetria escalonada, cobertura efectuada por telhados a 2 e 4 águas e em coruchéus piramidais. Em reboco pintado, corpo principal da edificação segundo implantação SE. - NO., cujo alçado principal (a SE.), delimitado por cunhais de cantaria, com 2 pisos rasgados, cada um, por 3 vãos de sacada de verga curva recortada - dos quais se destaca a janela central do piso nobre sobrepujada por ática triangular - servidos, ao nível do 1º andar, por varandim comum com guarda metálica e base em cantaria coincidente com friso que separa os 2 registos. O alçado é superiormente rematado por frontão triangular. A este corpo adossa-se, a S., um outro de planta longitudinal, em cujo lado S. - contíguo à via pública - o alçado de maior aparato de todo o conjunto edificado: com embasamento em jorro (correspondente a piso parcialmente enterrado) exhibe 1º andar, ao nível do piso térreo do corpo descrito, animado por 9 janelas de sacada servidas por varandins.” (SIPA)</p>
<p>Nº de Referência 11 Topónimo ou designação Jardim da Quinta de São Mateus Tipologia Jardim Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00022665) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Espaço verde de recreio” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 12 Topónimo ou designação Casa da Quinta de S. João do Rio / Instituto Espanhol Tipologia Edifício Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“De planta em L, o edifício apresenta volumetria composta pela articulação em ângulo recto de 2 paralelepípedos rectângulos, sendo a cobertura efectuada por telhados a 3 águas, perfurado por trapeira. Dependências de serviço definem com o edifício principal um pátio quadrado, ao qual se acede por portão cujas ombreiras surgem rematadas por bustos de dupla face. Desenvolvido em 2 andares, separados por friso de cantaria, - situando-se o andar nobre ao nível do piso térreo -, o edifício apresenta o alçado principal (N.), virado ao pátio, ostentando portal, ao centro, sobrepujado por pedra de armas. O alçado lateral (S.), desenvolvido ao longo da via, apresenta-se animado pela abertura a ritmo regular de 8 portas de verga recta destacada com folhas envidraçadas (ao nível do piso térreo) e igual número de janelas de peito de verga curva (no 1º andar)” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 13 Topónimo ou designação Aquário Vasco da Gama Tipologia Aquário Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura cultural e recreativa Estatuto (Legal) Em vias de classificação, inventário DGPC-SIPA, inventário DGPC-SIPA (SIPA IPA.00022665) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Edifício de planta rectangular, numa sequência de diversos corpos, de cronologias distintas, acompanhando o crescimento das necessidades programáticas do aquário. O edifício, que se caracterizava pela sua planta simétrica” (SIPA).</p>

<p>Nº de Referência 14 Topónimo ou designação Casa na Alameda Hermano Patrone nº 20 Tipologia Casa Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA. 00033930) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Planta retangular irregular, composta por vários corpos escalonados, com coberturas diferenciadas a uma, duas e quatro águas” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 15 Topónimo ou designação Casa na Alameda Hermano Patrone nº 22 Tipologia Casa Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA. 00033929) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Planta retangular irregular, antecedida por pequeno logradouro, flanqueado por casas de habitação unifamiliares, com a fachada posterior adossada a muro de suporte de terras” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 16 Topónimo ou designação Casa na Alameda Hermano Patrone nº 24 Tipologia Casa Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00033928) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Planta retangular irregular, com pequeno pátio no lado esquerdo, criando três corpos articulados e escalonados, com coberturas diferenciadas em telhados de duas, três e quatro águas” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 17 Topónimo ou designação Convento de S. José de Ribamar / Quinta de São José de Ribamar Tipologia Convento Cronologia Moderno-Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA. 00025307) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“1559, terrenos da Quinta doados por D. Francisco de Gusmão e sua mulher D. Joana de Blasbelt aos monges franciscanos arrábidos; séc. 17, meados - pintura de uma Porciúncula para um retábulo desmembrado, por André Reinoso” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 18 Topónimo ou designação Palacete Ribamar Tipologia Palacete Cronologia Moderno Categoria Arquitetura residencial Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00007856) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Planta em V composta pela articulação de 2 corpos rectangulares de modo convergente com corpo trapezoidal, formando um pátio com a mesma planta, volumetria escalonada, a cobertura efectuada por telhados a 3 e 4 águas articulados nos ângulos. De 2 pisos e panos de muro em reboco pintado com soco, pilastras e cunhais de cantaria, animados pela abertura de vãos de verga recta com emolduramento simples de cantaria, a ritmo regular. Alçado principal a E., coincidente com o corpo de convergência - com superfície murária côncava, regista-se piso térreo avançado, animado por janelas de sacada e interrompido a eixo por módulo apostado, correspondente a escadaria com guarda em ferro forjado, de lanços curvos convergentes e conducentes ao 1º andar. Esta escadaria apresenta pano central convexo rasgado por arco abatido, que permite o acesso ao interior. O andar nobre, precedido de terraço delimitado por guarda em ferro forjada ritmada por plintos, exhibe alçado tripartido pela presença de pilastras de cantaria, com 1 janela de sacada de verga recta destacada em cada um dos módulos. No alçado a S., frente composta por 3 corpos separados por pilastras, dos quais se demarca o central, com abertura de 7 janelas de peito no piso térreo encimadas, ao nível do andar nobre, por janelas de sacada de verga recta destacada servidas por varandins com guarda metálica assentes no friso de cantaria que separa os 2 pisos” (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 19 Topónimo ou designação Palacete Anjos / Centro de Arte Manuel de Brito Tipologia Palacete Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00022114) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>“Palacete romântico, de dois pisos, integrável na tipologia do chalet, tão característica das edificações do final do século XIX, e aqui assinalada pelo tipo de planta irregular, composta pela articulação de corpos com diferentes implantações e morfologias - recurso a torre destacada em planta e alçado com cobertura diferenciada e de acentuado declive em contraposição à cobertura dos outros corpos, superiormente rematados por telhado de abas. No contexto do aglomerado urbano de Algés, constitui-se como o único exemplo deste tipo de arquitectura, que se demarca na respectiva malha, não só pela sua tipologia, mas especialmente, pela implantação que exhibe, de forma destacada e isolada - articula com uma das principais zonas</p>

	arborizadas do centro de Algés - determinando a organização e disposição da zona envolvente" (SIPA).
<p>Nº de Referência 20 Topónimo ou designação Jardim da Quinta de Sta. Catarina Tipologia Jardim Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura paisagística Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00022708) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>Não se obteve informação para caracterização desta ocorrência.</p>
<p>Nº de Referência 21 Topónimo ou designação Jardim da Quinta dos Aciprestes Tipologia Jardim Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00022545) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>"Propriedade murada, de planta quadrangular encontrando-se o terreno dividido em seis parcelas aproximadamente rectangulares. Um muro separa a zona do amendoal da estrada, encontrando-se à mesma cota. Junto à estrada, situa-se o portal da propriedade, aberto em muro recortado, em arco pleno em pedra fendida, rematado por cornija quebrada, ladeado por pináculos piramidais em bola. Este constitui a origem de um caminho, ladeado por "cupressus sempervirens" (cipreste) que conduz à casa. O amendoal confina através de muro de aproximadamente 4 m com o patamar do relvado, fronteiro à casa, sobrelevado em relação ao amendoal. Esta área está separada por canteiros, a N. de um parque infantil e a SO. de um terraço. A N., O. e S. os canteiros encontram-se separados do relvado por um alinhamento em U de "cupressus sempervirens". Junto aos limites N., E. e S. deste terraço existe um caminho com cerca de 2 m. de largura, separado do canteiro por murete de 0.4 m. revestido a azulejo poliocromado azul e branco. A E. do relvado está situada a casa, observando-se a partir deste a sua fachada principal. A fachada posterior da casa está orientada para três talhões onde ainda se encontram resquícios de horta, pomar de citrinos e de sebe viva de cerejeiras. Frente à fachada N. da casa, temos um talhão, separado por muro do parque infantil, onde se situa um poço com acesso por uma escadaria em pedra sobre o qual encontra-se um moinho de armação. Junto ao muro limite N. da propriedade encontra-se um tanque adossado entre casa de chá e muro, com espaldar recortado com volutas possuindo ao centro carranca e nos extremos motivos de sol e lua, encimados por pináculos. Este caminho é separado do caminho por muro com bancos namoradeiras, no qual se encontram incorporados esteios para sustentação de pérgula" (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 22 Topónimo ou designação Edifício Kodak Portuguesa Tipologia Edifício Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00024060) CMP folha 430 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>"1969 - Projecto de Arquitectura Paisagista por Gonçalo Ribeiro Telles do enquadramento do edifício e posterior execução" (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 23 Topónimo ou designação Jardim da Aquaparque Tipologia Jardim Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura Estatuto (Legal) Inventário DGPC-SIPA (IPA.00029043) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>"1992 - Projecto e posterior execução da envolvente paisagística pelo Arquitecto Paisagista Manuel Sousa da Camara" (SIPA).</p>
<p>Nº de Referência 24 Topónimo ou designação Forte do Alto do Duque Tipologia Forte Cronologia Contemporâneo Categoria Arquitetura militar Estatuto (Legal) Monumento de Interesse Público / ZEP, Portaria n.º 740-DL/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 de 24 dezembro 2012, inventário DGPC-SIPA (IPA.00000025) CMP folha 431 Fonte de Informação DGPC Localização ZE.</p>	<p>"De planta pentagonal irregular, o forte apresenta uma volumetria escalonada, exibindo reduto central com cobertura efectuada em cúpula hemisférica O forte, totalmente enterrado, é constituído por 2 corpos separados por um fosso de secção rectangular, intercomunicantes a S., por uma ponte em madeira. No lado O., localiza-se no corpo exterior, a caserna do forte: composta por dois níveis, apresenta pano de muro regularmente ritmado pela existência de respiradouros e abertura de vãos, alternando portas e janelas de peito, ambas de verga triangular. Do lado interior do fosso, distribuem-se pequenos edifícios de apoio, criando ao mesmo tempo uma barreira. Também separado por fosso, acede-se ao interior do reduto central, através de passadiço conducente à única porta existente na construção (a SE.), para esse efeito. De planta circular, este corpo</p>

apresenta duas entidades espaciais, designadamente, uma cisterna, ao centro, e que ocupa quase toda a área do mesmo, e uma zona de compartimentos, em torno da mesma: a cisterna com acesso ao nível do piso térreo, apresenta uma estrutura em cogumelo e sob a qual assenta a morfologia exterior do edifício, isto é, exibe uma coluna central a partir da qual desenvolvem paredes abobadadas. A restante área, distribui-se em dois níveis, registando-se a existência de uma compartimentação orientada radialmente: servida por corredor circular com cobertura em abóbada de berço e respiradouros circulares, apresenta pano de muro em reboco pintado, com lambril de azulejos policromos, e abertura de vãos de verga curva a ritmo regular, com emolduramento em cantaria. Os 2 níveis interligam-se através de escadaria e passadiço em cantaria, protegidos por guarda metálica; o passadiço é suportado por uma feira de mísulas alinhadas” (SIPA).

Nº de Referência 25 **Topónimo ou designação** Alto de Santa Catarina **Tipologia** Moinho de vento **Cronologia** Não determinada **Categoria** Arquitetura **Estatuto (Legal)** Não identificado **CMP** folha 430 **Fonte de Informação** CMP **Localização** ZE.

Não se obteve informação para caracterização desta ocorrência.

Nº de Referência 26 **Topónimo ou designação** Estrada das Biscoiteiras **Tipologia** Moinho de vento **Cronologia** Não determinada **Categoria** Arquitetura **Estatuto (Legal)** Não identificado **CMP** folha 430 **Fonte de Informação** CMP **Localização** ZE.

Não se obteve informação para caracterização desta ocorrência.

Nº de Referência 27 **Topónimo ou designação** Estrada das Biscoiteiras **Tipologia** Moinho de vento **Cronologia** Não determinada **Categoria** Arquitetura **Estatuto (Legal)** Não identificado **CMP** folha 430 **Fonte de Informação** CMP **Localização** ZE.

Não se obteve informação para caracterização desta ocorrência.

Anexo 4. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo

LEGENDA

Nº referência de inventário utilizada na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário **Data** corresponde à data de observação **Carta Militar de Portugal (CMP)** nº da folha na escala 1:25.000 **Altitude** obtida a partir da CMP, em metros (m) **Topónimo ou Designação** nome atribuído à ocorrência ou ao local onde se situa **Categoria** distinção entre arqueológico, arquitetónico, etnográfico, construído e outros atributos complementares (hidráulico, civil, militar, artístico, viário, mineiro, industrial, etc) **Tipologia** tipo funcional de ocorrência, monumento ou sítio, segundo o *thesaurus* do Endovélico **Cronologia** indica-se o período cronológico, idade ou época correspondente à ocorrência. A aplicação do sinal “?” significa indeterminação na atribuição cronológica. A indicação de vários períodos cronológicos tem significado cumulativo **Classificação** imóvel classificado ou outro tipo de proteção, decorrente de planos de ordenamento, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel **Valor cultural** hierarquização do interesse cultural da ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios: **Elevado (5)**: Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitetónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4)**: Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitetónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (caraterísticas presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3)**, **Médio-baixo (2)**, **Baixo (1)**: Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitetónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0)**: Atribuído a construção atual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Indeterminado**: Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros fatores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções) **Posição v. Projeto** indicam-se as relações de proximidade em relação ao projeto: AI (área de incidência) ou ZE (zona envolvente) **Tipo de trabalho** atributo baseado no *thesaurus* do Endovélico, nomeadamente, reconhecimento ou prospeção **Coordenadas Geográficas** coordenadas retangulares; UTM WGS84 obtidas em campo com GPS **Concelho. Freguesia. Lugar** local habitado mais próximo. **Proprietário** identificação do proprietário **Uso do Solo, Ameaças e Estado de conservação** atributos baseado no *thesaurus* do Endovélico. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não foram recolhidos **Acesso. Morfologia do terreno** indica a posição da ocorrência face à topografia do terreno (afloramento; encosta; cumeada; socalco; aluvião, terraço; planalto; planície; linha de água; escarpa; chã; vale; outros) **Visibilidade para estruturas e artefactos** indicam-se os seguintes graus de visibilidade para deteção de estruturas e artefactos, elevada, média, reduzida e nula **Fontes de informação** bibliografia, cartografia, manuscritos, informação oral, instrumento de planeamento, base de dados ou de outro tipo. Também se indica a fonte de informação utilizada quando não tem origem na CMP por aproximação espacial **Espólio recolhido** indicação do tipo e quantidade de achados arqueológicos móveis recolhidos durante o trabalho de campo **Caraterização** da ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões e registo fotográfico **Responsáveis** nome dos arqueólogos responsáveis pela observação da ocorrência e elaboração da ficha de sítio.

Nº 1a

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Edifícios e estruturas construídas militar-naval.
Categoria	Arquitetura militar.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	479333; 4284586.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub -UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Ameaças	Abandono.
Valor	Médio.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso.
Descrição	Edifício principal do complexo. Imóvel composto por dois núcleos que formam uma planta em T, com uma volumetria escalonada, resultante de construção de um ou dois pisos, de diferentes alturas, e de anexos adossados a tardoz, com telhado em placa de betão. Ao corpo principal adossa-se um segundo edifício transversal de planta retangular longitudinal. O alçado principal é delimitado por cunhais de cantaria. Os vãos estão selados com tijolos de cimento. Nas portas foram parcialmente retirados indevidamente, para permitir o acesso. Edifício sóbrio, de linhas retas, integrado na "Arquitectura do

	Estado Novo", com o brasão de armas de Portugal sobre duas ancoras cruzadas, implantado na fachada principal.
Elementos estruturantes	<p>Paredes: as paredes estruturantes e divisórias possuem um aparelho misto, em alvenaria de pedra, formada por blocos de médio calibre, irregulares, de basalto local, unidos por uma argamassa compacta, de boa qualidade, de cor amarela, sobre parede de tijolos. Na área recreativa as paredes são em alvenaria de tijolo de oito furos. No embasamento e cunhais das paredes estruturais foram aplicados, como revestimento exterior, lajes quadrangulares, em lioz.</p> <p>Coberturas externas: telhado de quatro águas, com telha de meia cana, cruzada no beiral. Possui quatro chaminés e quatro para-raios distribuídos pelos três telhados.</p> <p>Fachada principal: larga e assimétrica. Alpendre longo, com uma arcada formada por uma sequência de nove arcos de volta perfeita, com descarga em coluna. Pavimento em lajeado e floreiras entre os arcos e adossadas às colunas. Estruturas produzidas em lioz.</p> <p>Revestimento: reboco sob pintura e cantaria.</p> <p>Janelas: forma retangular ou quadrangular, de tipologia indeterminada por motivo de terem sido retiradas e seladas com tijolos de cimento.</p>
Interior	<p>Pavimento: soalho e parquet ladrilho em madeira.</p> <p>Elementos de revestimento paredes: pintura, madeira.</p> <p>Articulação compartimentos: independentes.</p> <p>Distribuição espacial: corredor e escada.</p> <p>Organização espacial: paralelo e transversal à fachada principal.</p> <p>Organização social: camarata, salas, área convívio, instalações sanitárias, cozinha, cantina e teatro.</p> <p>Sistema de iluminação: bilateral.</p>
Geral	<p>Pisos: 2 pisos, exceto no edifício de um piso, localizado a sul, com a função de área recreativa.</p> <p>Instalações especiais: caixas de visita de saneamento rodeiam o imóvel.</p>
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea e acesso principal com calçada portuguesa.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
Observações	Estruturas em vigas de metal aplicadas em paredes mestras com largas fissuras, localizadas a tardoz. Centenas de grafitis em forma de desenho e escrita cobrem as paredes.



01



02



03



04



05



06



07



08



09



10



11



12

Nº 1b

Designação	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Edifício de função indeterminada, enfermaria ou serviços administrativos.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	479272; 4284548.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso.
Descrição	Imóvel térreo, com três portas e cinco estreitas janelas na fachada principal, e um longo alpendre com arcos retos. Todos os vãos estão encerrados com tijolos de cimento, impedindo um registo completo.
Elementos estruturantes	Paredes: aparelho indeterminado. Coberturas externas: telhado de quatro águas, com telha de meia cana, cruzada no beiral. Fachada principal: larga e simétrica. Alpendre longo coberto, formado por uma arcada em cantaria, uma sequência de cinco falsos arcos com descarga em coluna de blocos em lioz. Revestimento: reboco sobre pintura. Janelas: forma quadrangular de reduzidas dimensões na fachada principal e de tamanho regular e forma retangular nas paredes a tardoz e laterais, de tipologia indeterminada por motivo de terem sido retiradas e seladas com tijolos de cimento.
Interior	-
Geral	Pisos: 1 piso.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
Observações	Largas fissuras, na parede estrutural lateral e vários grafitis dispersos pelas paredes.



13



14

Nº 1c

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Lavadouro.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	479307; 4284543
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 - Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso.
Descrição	Conjunto de tanques, para lavagem de roupa, com bacias e esfregadeiras. Produzidos em cimento com tampo em pedra. Distribuídos por três compartimentos de tipologia telheiro, com telhado de uma água que descarrega em colunas pétreas. Os telheiros em planta Π possuem um espaço comum, amplo, central, que serviria para estender a roupa.
Elementos estruturantes	Paredes: alvenaria em tijolo de oito furos. Coberturas externas: telhado de uma água, com telha de meia cana, cruzada no beiral. Fachada principal: entrada larga sem porta entre duas paredes baixas, ladeadas de paredes laterais dos telheiros. Revestimento: Reboco sob pintura. Janelas: forma retangular de grande dimensão.
Interior	Pavimento: cimento. Elementos de revestimento paredes: pintura. Distribuição espacial: tanques e área comum. Organização espacial: paralelo à fachada principal. Sistema de iluminação: bilateral.
Geral	Pisos: 1 piso.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
Observações	Alguns grafitis nas paredes exteriores.



15



16

Nº 1d

Designação	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Morada.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
WGS 84	479245; 4284669.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de Outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso. Pavimento exterior: caminho alcatroado.
Descrição	Morada unifamiliar, com duas portas, a este e oeste. Fachada principal com estreito telheiro. Varanda alpendrada exterior lateral. Habitação em estilo arquitetónico Português Suave, com um alçado depurado, procurando conciliar a arquitetura popular com veios de vanguardismo, criando um estilo próprio reconhecível.
Elementos estruturantes	Paredes: alvenaria em tijolo de oito furos. Na base e cunhais das paredes estruturais, como revestimento exterior, foram aplicadas lajes quadrangulares, em lioz. Coberturas externas: telhado de quatro águas, com telha de meia cana, cruzada no beiral e uma chaminé. Fachada principal: curta e simétrica. Revestimento: reboco sob pintura e cantaria. Janelas: forma quadrangular de grandes dimensões no piso térreo e de menor dimensão no piso superior, com guarnições de vãos em cantaria. Porta: conserva parte de duas portas, a de acesso oeste à casa e a de passagem à varanda, ambas pintadas de cor verde escura, cor comum, em contexto naval-militar, no período do Estado Novo.
Interior	Pavimento: soalho e parquet ladrilho em madeira. Elementos de revestimento paredes: pintura em tons de amarelo e rosa e azulejos de padrão na sala, localizada no piso térreo. Articulação compartimentos: independentes. Distribuição espacial: corredor e escada. Organização espacial: transversal à fachada principal. Organização social: salas, cozinha, despensa, quartos, instalações sanitárias. Sistema de iluminação: bilateral e quadro de dezasseis pequenas janelas, em fileiras de quatro, em vidro fosco.
Geral	Pisos: 2 pisos.

Instalações especiais: caixas de rede de águas residuais e saneamento, que rodeiam o imóvel.

Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, calçada portuguesa rodeia o imóvel e terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.



17



18



19



20



21



22



23



24

Nº 1e

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Central Recetora.
Categoria	Arquitetura militar-naval.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
WGS 84	479431; 4284396.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso.
Descrição	Longo edifício e corredor paralelo à fachada principal, com pequenas janelas, de acesso a vários compartimentos, incluindo a grande sala de equipamentos da central de transmissões. Acesso à cabine no topo da torre por escada de tiro de dois lances. O primeiro lance acede a placa de betão sobre as paredes estruturantes intermédias, que se localiza entre os imóveis com telhado de telha. O segundo lance conduz a um varandim panorâmico, com cabine de planta quadrangular. Possui um piso subterrâneo, com duas largas portas metálicas, espaços onde eram guardados os milhares de cabos e fios e as potentes baterias. Na porta principal existe um grande alpendre sobre colunas de cantaria e na fachada o brasão das armas de Portugal sobre o beiral e a sua designação: Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro. Central Recetora.
Elementos estruturantes	Paredes: alvenaria em tijolo de oito furos. Coberturas externas: 2 telhados de quatro e duas águas, com telha de meia cana, entre telhados em placas de betão. Fachada principal: longa e simétrica. Revestimento: reboco sob pintura e cantaria. Janelas: retangulares dispostas na horizontal e vertical, de três diferentes dimensões. Algumas seladas por tijolos de cimento.
Interior	Pavimento: soalho e parquet ladrilho em madeira. Elementos de revestimento paredes: pintura. Articulação compartimentos: Independentes. Distribuição espacial: corredor e escada. Organização espacial: paralelo à fachada principal. Organização social: salas, cozinha, despensa, quartos, instalações sanitárias. Sistema de iluminação: bilateral.
Geral	Pisos: 3 pisos.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável a mau. Um dos telhados desabou provocando infiltrações e na grande sala ocorreu um incêndio, criando danos estruturais.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
Observações	Elevado número de grafitis.



25



26



27



28



29



30



31



32



33



34

Nº 1f

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Oficina.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
WGS 84	479464; 4284503.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente Tipo de aglomerado: disperso. Pavimento exterior: caminho alcatroado.
Descrição	Edifício com quatro largas portões de metal que conduz a grande compartimento, seguido de um corredor de acesso a quatro pequenas salas e um segundo compartimento de dimensão média. A tardo, a cerca de 3m, existe um imóvel com um compartimento, com uma cavidade subterrânea e uma grande caixa metálica no seu interior; dada a proximidade, teria uma função compatível com os trabalhos aí realizados.
Elementos estruturantes	Paredes: aparelho indeterminado. Coberturas externas: telhado de quatro águas, com telha de meia cana, cruzada no beiral e uma chaminé. Fachada principal: longa e simétrica. Revestimento: reboco sob pintura e cantaria. Janelas: de forma retangular vertical.
Interior	Pavimento: soalho e piso em cimento na área de reparações. Elementos de revestimento paredes: pintura sobre reboco. Articulação compartimentos: independentes. Distribuição espacial: corredor. Organização espacial: paralelo à fachada principal. Organização social: compartimentos de diferentes dimensões, instalações sanitárias e cozinha. Sistema de iluminação: bilateral e unilateral.
Geral	Pisos: 1 piso.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.

Proprietário

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.



35



36



37



38



39



40

Nº 1g

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Portaria.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Prospeção, bibliografia.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	479420; 4284562.
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional” Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente.

	Tipo de aglomerado: disperso.
	Pavimento exterior: caminho alcatroado.
Descrição	Pequena casa com um compartimento, mantém os mesmos traços arquitetónicos dos edifícios de telhado em placa de betão plana, com linhas retas, forma retangular, e com estreito alpendre na porta.
Elementos estruturantes	Paredes: alvenaria em tijolo de oito furos. Coberturas externas: telhado em placa de betão. Fachada principal: curta e simétrica. Revestimento: reboco sobre pintura e cantaria. Janelas: estreitas retangulares.
Interior	Inacessível, os tijolos encerram todos os vãos.
Geral	Pisos: 1 piso.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.
Observações	Vários grafitis cobrem as paredes exteriores.



Nº 1h

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Vedação.
Categoria	Arquitetura.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Bibliografia, prospeção.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	-
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub - UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso. Pavimento exterior: caminho alcatroado.
Descrição	Muro pétreo, com cerca de 0,50m de altura, sob cerca de arame farpado, entre um portão metálico fechado com cadeado, com cerca de 2,5m de altura. Acesso principal à Estação. Existe um outro portão, no interior, menos robusto, de acesso à Central Recetora.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.

Arquiteto	Estado Novo.
Estado de conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.



43



44

Nº 1i

Topónimo	Estação Radio Naval Comandante Nunes Ribeiro.
Tipologia	Moradia.
Categoria	Arquitetura residencial.
Cronologia	Século XX.
Localização	Linda-a-Velha, Oeiras.
Fonte	Prospeção, bibliografia.
Acesso	Rua Victor Duarte Pedroso.
UTM WGS 84	-
Proteção/Legislação	Classificado como “Espaços de Uso especial de Equipamentos – Defesa Nacional”. Revogada a respetiva zona de servidão radioelétrica, através Decreto Regulamentar n.º 18/2015, de 24 de setembro, anulando a condicionante à ocupação do solo. Classificado como Sub -UOPG 10 — Estação Radionaval, DR Aviso n.º 19629/2022 de 13 de outubro de 2022, Artigo 49.º -B, reconversão para área multifuncional.
Enquadramento	Contexto: urbano. Geomorfologia: formações de relevo natural e artificial, plataforma artificial, desnivelado em relação à área envolvente. Tipo de aglomerado: disperso. Pavimento exterior: caminho alcatroado.
Descrição	Moradia subdividida em três frações, aparentemente idênticas, com três portas ladeadas por duas janelas na fachada principal, um pátio comum a tardoz e uma pequena horta em espaço adjacente exterior.
Elementos estruturantes	Paredes: indeterminadas. Coberturas externas: Telhado de duas águas central ladeado por telhados de quatro águas, com telha de meia cana. Um dos telhados possui falhas de telhas. Fachada principal: longa e simétrica. Revestimento: reboco sobre pintura. Janelas: quadrangulares de tamanho regular.
Interior	Inacessível.
Geral	Pisos: 1 piso.
Tipo de espaço exterior público	Caminho alcatroado, terreno envolvente com vegetação espontânea.
Arquiteto	Estado Novo.
Estado de Conservação	Razoável.
Proprietário	IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.



45



46

Para a caracterização do edificado, correspondente às ocorrências 1ª a 1i, foram utilizadas as normas “KIT01 Património Arquitetónico – Geral” e “KIT02 Património Arquitetónico, Habitação Multifamiliar do século XX” (IHRU, IGESPAR, coordenação João Vieira e Manuel Lacerda)
http://www.monumentos.gov.pt/Site/DATA_SYS/STUDYandDOCUMENTS/NORMAL/KIT01.pdf

Nº 1j

Data abril de 2023 **CMP** 430 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arquitetura recreativa **Tipologia** Campo de ténis **Cronologia** Contemporâneo **Classificação** Não identificado **Valor** Nulo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 479365; 4284585 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Vegetação **Conservação** Mau **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Planalto **Visibilidade estruturas** Reduzida **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** Prospeção **Caraterização** Campo de ténis abandonado, pavimentado a cimento, subdividido em várias linhas. **Responsável** Anabela Joaquinito.



47

Nº 1k

Data abril de 2023 **CMP** 430 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arquitetura recreativa **Tipologia** Forno **Cronologia** Contemporâneo **Classificação** Não tem **Valor** Nulo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 479399; 4284417 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação

Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Vegetação **Conservação** Razoável **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Encosta **Visibilidade estruturas** Média **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** Prospeção **Caraterização** Forno-grelhador de estrutura cúbica, com telhado de duas águas e com dois orifícios na fachada, um para colocação de grelha e outro para combustível. Implantado a tardoz do edifício principal. **Responsável** Anabela Joaquinito.



48

Nº 2

Data abril de 2023 **CMP** 430 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arquitetura hidráulica **Tipologia** Depósito de água **Cronologia** Contemporâneo **Classificação** Não tem **Valor** Baixo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 479248; 4284514 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Vegetação **Conservação** Bom **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Encosta **Visibilidade estruturas** Reduzida a Nulo **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** CMP **Caraterização** Reservatório circular elevado,

com fuste liso e espessura constante. Construído em betão armado e revestido a tinta branca. É formado por dois corpos de seção circular, sobrepostos, com diferentes diâmetros. Tem uma porta, uma janela retangular vertical e uma pequena vigia sob para-raios, sobre a laje de cobertura. **Responsável** Anabela Joaquinito.



49

Nº 3

Data abril de 2023 **CMP** 431 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arquitetura **Tipologia** Marco geodésico **Cronologia** Contemporâneo **Classificação** Não tem **Valor** Nulo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Reconhecimento **Coordenadas (UTM WGS84)** 479743; 4284029 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Vegetação **Conservação** Bom **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Planalto **Visibilidade estruturas** Reduzida a nula **Visibilidade materiais** Nula **Fonte** Reconhecimento **Caraterização** Cilindro em betão. **Responsável** Anabela Joaquinito e João Caninas.



50

Nº 28

Data abril de 2023 **CMP** 431 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arqueológico **Tipologia** Achado isolado **Cronologia** Pré-história **Classificação** Não

tem **Valor** Baixo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 479526;4284357 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção **Conservação** Bom **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Planalto **Visibilidade estruturas** Elevado **Visibilidade materiais** Média **Fonte** Prospeção **Caraterização** Raspador em rocha vulcânica. Seixo oval com o ponto de percussão bem demarcado no reverso, que o fraturou na longitudinal, criando uma base plana. O anverso apresenta talhe continuo em todo o perímetro, com arestas e entres elas um denticulado pouco pronunciado. **Responsável** Anabela Joaquinito e João Caninas.



51

Nº 29

Data abril de 2023 **CMP** 431 **Topónimo** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Categoria** Arqueológico **Tipologia** Achado isolado **Cronologia** Pré-história **Classificação** Não tem **Valor** Baixo **Posição** Al **Tipo de trabalho** Prospeção **Coordenadas (UTM WGS84)** 479574;4284349 **Concelho** Oeiras **Freguesia** Linda-a-Velha, Algés e Dafundo **Lugar** Estação Radio Naval Nunes Ribeiro **Proprietário** Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana **Uso do Solo** Inculto **Ameaças** Construção **Conservação** Bom **Acesso** A partir da Rua Victor Duarte Pedroso **Morfologia** Planalto **Visibilidade estruturas** Média **Visibilidade materiais** Reduzida **Fonte** Prospeção **Caraterização** Flanco de pequeno núcleo com tratamento térmico, reutilizado através de retoque fino irregular em bordo lateral e lasca com retoques finos parciais bilaterais, com seção triangular e um talão puntiforme. Peças em sílex. **Responsável** Anabela Joaquinito e João Caninas.



52

Anexo 5. Zonamento da prospeção arqueológica

Delimitação de áreas homogêneas e diferenciadas em termos de visibilidade do solo, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada, identificadas com letras e cartografadas com diferentes cores. No caso de existirem características heterogêneas de pequena dimensão a respetiva zona conexas deverá ser identificada como um mosaico com diferentes graus de visibilidade.

Parâmetros. **VE** = visibilidade para deteção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VM** = visibilidade para deteção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis). **Graus de visibilidade.** **Elevado** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatação ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Caraterização.** Descrição da ocupação, das condições de visibilidade do solo e registo fotográfico

Caraterização e registo fotográfico

Zona A

VE Média a nula.

VM Reduzida a nula.

Caracterização Inculto. Ocupa a maior parte da AI do projeto. Vegetação herbácea e arbustiva densas, incluindo silva, tojo e manchas de canavial. A vegetação é mais densa em encostas e depressões. Densidade reduzida de árvores incluindo oliveiras dispersas e um pomar abandonado.



Zona B

VE Elevada.

VM Média a reduzida.

Caracterização Pequenas hortas, com parcelas protegidas e rodeadas de sebes incluindo canavial. Situam-se em zonas marginais da AI do projeto. Estão geralmente associadas a barracão para arrumos.



Zona C

VE Elevada.

VM Elevada.

Caracterização Aterro e terraplano com reduzida cobertura herbácea, dispersa. Observam-se despejos de gravilha, que reduzem o crescimento de vegetação.



Zona D

VE Elevada.

VM Elevada.

Caracterização Encosta escalonada, ajardinada, com vegetação herbácea rasteira e plantação de árvores. Em manutenção. Situa-se na envolvente de imóveis de habitação e comércio.



61

Anexo 6. Figuras

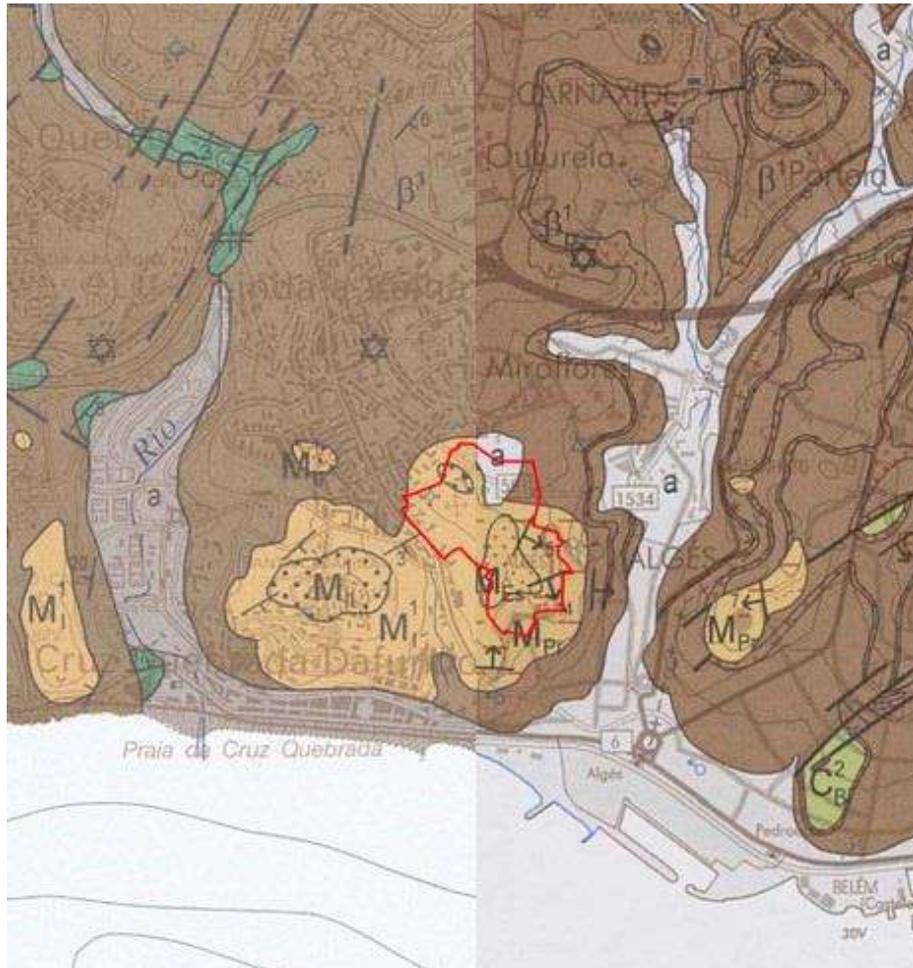
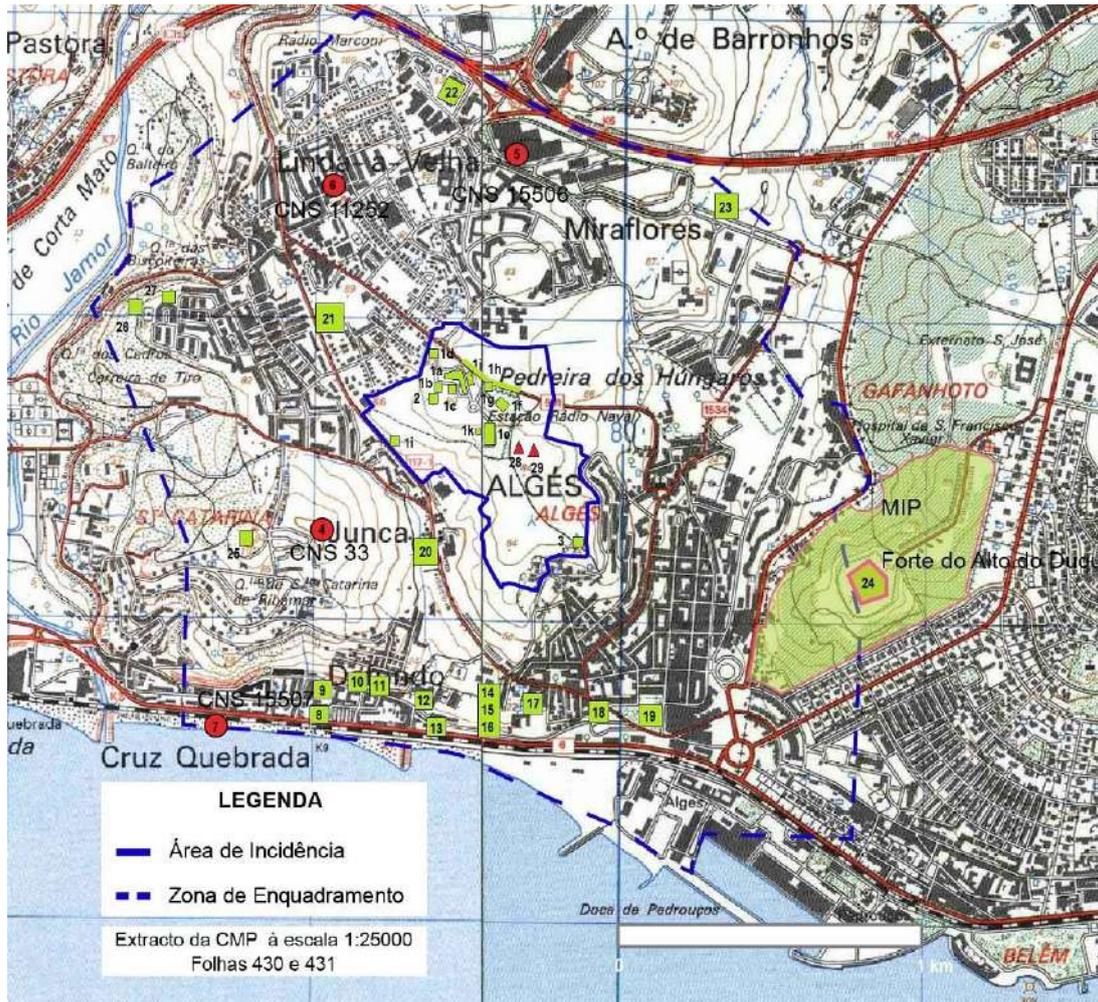


Figura 1. Delimitação da AI do projeto (linha vermelha (sobre extratos das folhas 34C e 34D da Carta Geológica de Portugal na escala 1:50000 (IGM, INETI). Assinalam-se as unidades geológicas denominadas Complexo Vulcânico de Lisboa (castanha), Argilas dos Prazeres (amarelo), Areolas da Estefânia (amarelo ponteadado) e aluviões holocénicos (cinzento).



LEGENDA de Ocorrências Patrimoniais	
Tipologia	Ícones utilizados (a forma tracejada indica localizações hipotéticas ou aproximadas)
Achado(s) isolado(s) ou dispersos, não definindo um sítio arqueológico	 
Sítios (mancha de materiais arqueológicos)	  
Estruturas não lineares, positivas ou negativas, isoladas ou formando conjuntos, e monumentos	  
Estruturas lineares, positivas ou negativas	 
Grafismos rupestres	 
Móveis Classificados e ZGP ou ZEP	   
Móveis Em Vias de Classificação e ZGP ou ZEP	   
Ocorrências potenciais ou indeterminadas	
Cronologia (diferenciada por cores)	 Epocas Pré-Históricas e Proto-Históricas  Epocas Romana e Medieval  Epocas Moderna e Contemporâneas  Várias Epocas  Indeterminada
Exemplos de aplicação	     

Cada ícone é acompanhado de um número de identificação. Exemplos: **Achado(s) Isolado(s)** - peças, fragmentos de peças; **Sítios** - habitat, mancha de ocupação, oficina de talhe; **Estruturas não lineares** - menir, menca, recinto muralhado, silo, abrigo natural, sepultura escavada na rocha, casa, cruzeiro, pedreira; **Estruturas Lineares** - foso, via com trilhos, levada, muro de alvenaria; **Grafismos rupestres** - gravuras ou pinturas, em suporte móvel; **móveis Classificados (IC)** ou **Em Vias de Classificação (EVC)** e respetiva Zona Geral de Proteção (ZGP) ou Zona Especial de Proteção (ZEP); **Ocorrências potenciais ou indeterminadas** - topónimo, indícios fisiográficos.

Figura 2. Localização das ocorrências de interesse cultural na AE, sobre extrato das folhas 430 e 431 da carta militar de Portugal, escala 1:25000 (IGeoE).

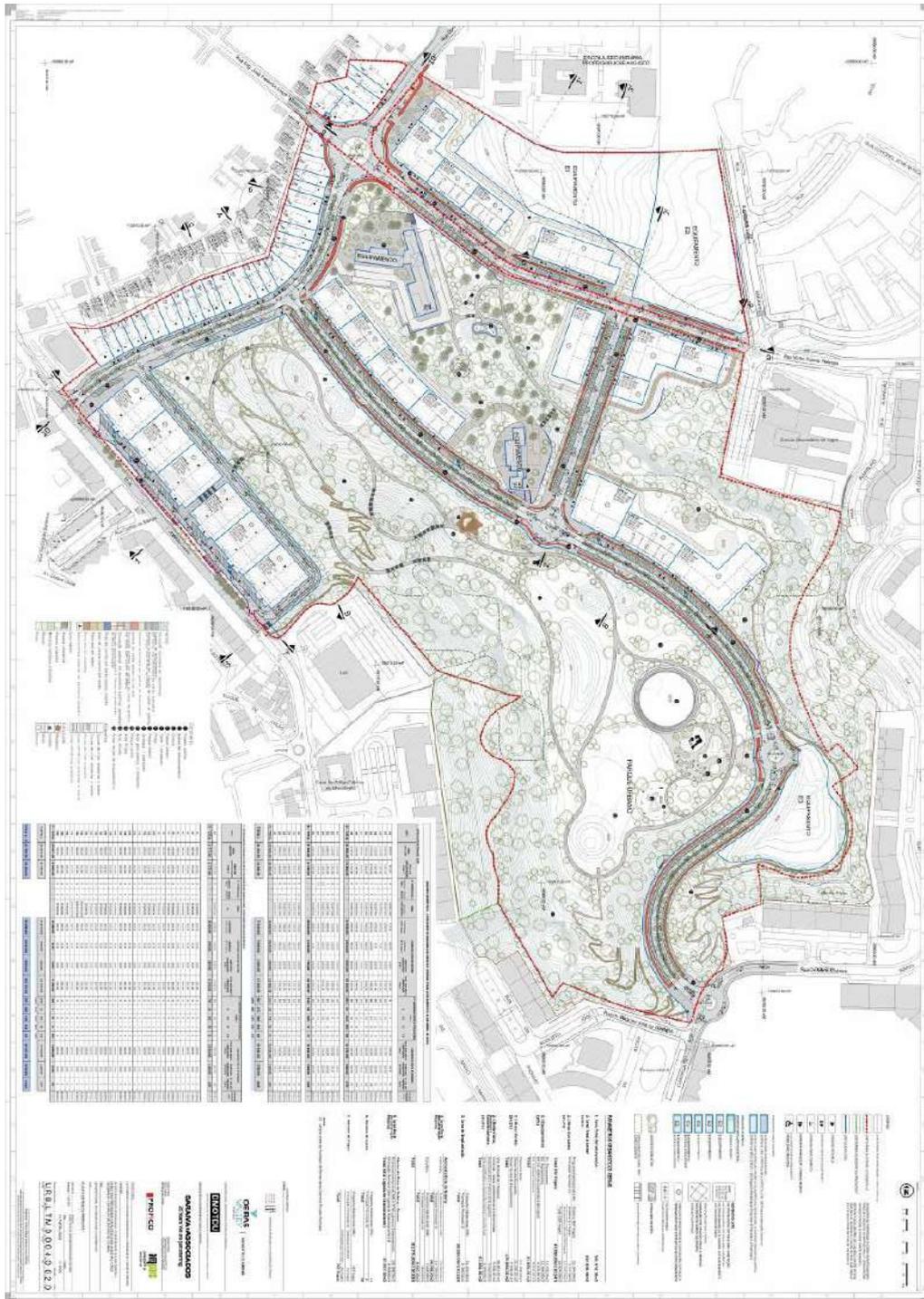


Figura 6. Projeto de loteamento – versão final (Fonte: Saraiva e Associados).